
--- No dia vinte e dois de janeiro de dois mil e vinte e seis, pelas dezanove horas e trinta minutos, reuniu, no Palácio dos Marqueses da Praia e de Monforte, cidade de Loures, a Assembleia Municipal de Loures, presidida pela deputada municipal Susana de Fátima Carvalho Amador, com a presença dos seguintes deputados municipais:-----

PS - Partido Socialista-----

Susana de Fátima Carvalho Amador -----
Daniel Vitorino Bernardo Lima -----
João Pedro Silva Mendes dos Santos Ferreira -----
Tânia Sofia dos Santos Portela -----
Pedro Manuel Fialho da Costa Lindo -----
Carla Sofia do Carmo Pires -----
João António Leal Cruz Franco -----
Algmar Welker Branco Salomão -----
Eunice Filipa Alexandra Camilo Ramos Proença -----
Inês Falcão da Costa Morgado -----
Isabel Cristina Carapeta Gomes -----
João Filipe de Jesus Pinto-----
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão -----
João Paulo Afonso Barandas -----
João Pedro Serra Costa (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Bucelas)
Eugénio Alexandre Ratinho de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Loures) ----
Renato Joaquim Alves (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação)-----
Ricardo Jorge Monteiro Lima (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela)-----
Judite Brás dos Reis Gonçalves (em substituição do Presidente Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho)-----
Samuel David dos Santos Saldanha (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela) -----
Jorge Daniel Sousa Moreira da Silva (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas) -----

CH - Chega-----

Luís Filipe Pereira Direitinho-----

Ana Margarida Dias Raimundo Guerreiro -----
Aquilino José Marques Ventura -----
António José Mendes Firmino -----
Inês Carvalho dos Santos -----
Duarte Miguel Monge Correia -----
Luís António Gomes Rainho -----
Sandra Maria Cardoso Mota Pastor -----

PPD/Partido Social Democrata-----

Jorge Manuel Lopes Antunes -----
Sara Raquel Bordalo Gonçalves -----
Armando Manuel Pedroso Militão -----
João Maurício Pereira -----
Pedro Henrique Godinho Barreira Castanheira Lopes -----
Lino Manuel Gomes Franco (Presidente da Junta de Freguesia de Lousa)-----

CDU – Coligação Democrática Unitária-----

Maria de Fátima Amaral -----
Bruno Alexandre Caçador Simão -----
Acardyo Kedy Santos Nazaré da Trindade -----
Ana Maria da Conceição Duarte da Mata -----
Jorge Manuel Duarte Simões (Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões) -----
José Júlio dos Santos Pinto (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal) -----

BE - Bloco de Esquerda-----

Rita Lage Sarrico -----

IL – Iniciativa Liberal-----

Tiago Filipe Jorge da Silva -----

--- Concluída a chamada, com a presença de 43 deputados municipais e verificada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a reunião.

PERÍODO PRÉVIO-----

--- No início da sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento que a sessão estava a ser gravada e transmitida em direto pelo canal *Youtube* da Câmara Municipal de Loures. -----

- Deu igualmente conhecimento da correspondência recebida desde o dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte e cinco até vinte e um de janeiro de dois mil e vinte e seis, cuja listagem foi facultada a todos os deputados municipais e disponibilizada na plataforma da respetiva Ordem do Dia da sessão. -----

--- Foi informado que deu entrada na Mesa um requerimento apresentado pelo BE, o qual nos termos regimentais aplicáveis (de acordo com o n.º 2 e n.º 3 do artigo 17.º) foi remetido ao Executivo para competente resposta. O requerimento encontra-se intitulado “Sessão Pública do Programa de Apoio Financeiro à Habitação Jovem”.-----

- A Câmara Municipal deu resposta a dois requerimentos, ambos apresentados pelo BE, sobre as seguintes temáticas: -----

- “Despejos na Quinta do Mocho”;-----
- “Sessão Pública do Programa de Apoio Financeiro à Habitação Jovem”.-----

Realizaram-se as seguintes tomadas de posse: -----

- João Pedro Serra Costa, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Bucelas, Hélio António Magalhães Gonçalves dos Santos. -----

- Judite Brás dos Reis Gonçalves, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho, Carlos Manuel Alves Gonçalves. ---

- Seguidamente passou-se à aprovação das atas: -----

- **Aprovação da ata n.º 81 (Sessão realizada em 31.07.2025)** - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA SESSÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO – 36 PRESENÇAS. -----

- **Aprovação da ata n.º 5 (Sessão realizada em 12.01.2026)** - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA REUNIÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO – 36 PRESENÇAS. -----

- Terminado o “Período Prévio”, deu-se início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”.-

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

- Presidente da Assembleia Municipal, informou que deram entrada na Mesa, dois documentos, ambos apresentados pelo PS, uma Moção intitulada “Por uma regulação

local eficaz em zonas sensíveis – Mais poder local, mais ordem, mais dignidade urbana” e um Voto de Saudação intitulado “Investir na Educação é investir no Futuro: Escola n.º 5 de Camarate”. -----

- Inês Falcão da Costa Morgado (PS), apresentou a Moção intitulada “Por uma regulação local eficaz em zonas sensíveis – Mais poder local, mais ordem, mais dignidade urbana”. (Doc. 1) -----

- Não se verificaram intervenções sobre o documento, tendo o mesmo sido colocado a votação de imediato. -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 17 VOTOS A FAVOR DO PS, 9 ABSTENÇÕES (8 CH E IL) E 13 VOTOS CONTRA DOS RESTANTES REPRESENTANTES (6 PPD/PSD, 6 CDU E BE) - 39 PRESENCAS.** -----

- Foram proferidas as seguintes declarações de voto: -----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU): *A CDU votou contra esta proposta porque do ponto de vista dos instrumentos públicos, muitos dos problemas aqui evidenciados existem hoje ferramentas e entidades que podem fazer todas as fiscalizações necessárias subsequentes aos procedimentos resultantes das facilidades criadas pelo licenciamento zero. Creio que aquilo que se procura aqui introduzir é algo que não acompanhamos, que é uma espécie de condicionamento comercial. E nós não acompanhamos medidas de condicionamento comercial, como não acompanhamos medidas de condicionamento industrial. E, portanto, nós não podemos acompanhar este tipo de medida. -----*
Votámos também contra, porque esta proposta identifica problemas e cria soluções que são soluções de fachada. A própria proposta tem soluções de fachada. Nós não podemos acompanhar uma proposta que procurando surfar aquilo que é uma perceção geral e uma campanha que se vai criando sobre algumas atividades e algumas pessoas em concreto que desempenham algumas atividades neste país, procura explorar um sentimento que não faz mais do que aquilo que nós temos combatido nos últimos anos como fatores de divisão e de estigmatização de pessoas. Eu não percebo como é que um regulamento, por mais objetivo que fosse, pudesse eventualmente dar resposta a este tipo de situações. Ruas só com uma atividade comercial, monolítica, temos ruas só de restaurantes, temos ruas só de bares. Eu não sei se eventualmente aquilo que nos propunha aqui é que numa rua onde só houvesse restaurantes, nós num espaço vago, só pudessemos licenciar uma capelista para criar diversidade. Por isso acho que esta proposta, infelizmente, é um exemplo de como o PS às vezes não tem pejo nenhum em

resvalar para uma certa forma populista de abordar problemas e nós não acompanhamos isso nunca. -----

- Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), proferiu uma declaração de voto que foi entregue por escrito, a qual fica apensa à presente ata. (Doc. 3) -----

- Tânia Sofia Santos Portela (PS), apresentou o Voto de Saudação intitulado “Investir na Educação é investir no Futuro: Escola n.º 5 de Camarate”. (Doc. 2) -----

- Não se verificaram intervenções sobre o documento, tendo o mesmo sido colocado a votação de imediato. -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 41 PRESENCAS.** –

- Foram proferidas as seguintes declarações de voto. -----

- Pedro Henrique Godinho Barreira Castanheira Lopes (PPD/PSD): *O PSD obviamente acompanha esta moção. Relembrar que esta obra e muitas outras, tal como a Ponte de Palhais, foram adjudicadas e iniciada a sua construção, aquando ainda o executivo PS e PSD. Portanto, obviamente que acompanhamos, é também fruto do nosso trabalho.* ----

- Luís Felipe Pereira Direitinho (Chega): *Nós acompanhamos toda e qualquer proposta que tenha um impacto significativo naquilo que é a melhoria das condições nos espaços e nos edifícios escolares, seja para os alunos, seja para os profissionais que lá exercem. Portanto, eu acho que isto devia ser um motivo de orgulho de todos e não de propriedade de ninguém. É para isso que nós fomos eleitos. É precisamente para resolver o problema das pessoas.* -----

Naturalmente que o Chega, associa-se a este voto de saudação, congratulando e reconhecendo de certa maneira, sem dogmas, sem reservas e sem qualquer tipo de preconceito ideológico, de que de facto houve aqui um trabalho significativo para que estas mesmas escolas pudessem, algumas delas também, serem elegíveis no âmbito do PRR. Portanto, referir que nós devemos ter isto em linha de conta, que é para o bem das pessoas e não devemos de ser e trazer à colação a titularidade das medidas, mas devemos é de orgulhar de as mesmas serem aplicadas para os devidos e efeitos. -----

- Ainda no “Período de Antes da Ordem do Dia”, intervieram os seguintes deputados municipais:-----

- João António Leal Cruz Franco (PS), referiu-se ao facto de que no presente ano se comemoram quarenta anos desde a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia. Destacou que foi uma adesão de pleno direito que levou anos a ser alcançada, durante os quais o país se modernizou e evoluiu economicamente até conseguir ser admitido na Comunidade. Se há um homem que merece ser reconhecido como um líder histórico de Portugal nesse esforço, esse homem é Mário Soares. Ele fez da entrada de Portugal na CEE e da modernização do país a sua bandeira de vida, até conseguir entregar a Portugal a uma Europa moderna, que transformou profundamente a economia e a sociedade, afastando-o da pobreza crónica em que se encontrava. Também reconheceu a importância de outros líderes, como Sá Carneiro e Freitas do Amaral, mas sublinhou que, devido às suas ligações com a Internacional Socialista, Mário Soares foi indiscutivelmente o principal responsável. Além disso, recordou algumas situações engraçadas que ocorreram na época da entrada de Portugal na União Europeia. O próprio e a sua camarada, Maria de Lourdes Rebelo, que eram deputados municipais na altura, propuseram que, além da bandeira do concelho de Loures e da bandeira nacional, se juntasse uma terceira bandeira, a da CEE. No entanto, houve uma série de contratempos com a bandeira, que só foi obtida quando Maria José Carrilho se tornou a primeira presidente socialista da Assembleia Municipal. Prestou-lhe uma homenagem, mencionando que viviam numa espécie de obreirismo antieuropa. Também afirmou que estavam livres de armas nucleares e proibidos de ter uma bandeira azul com as estrelinhas amarelas, como a que atualmente está presente e que espera que continue ali durante muitos anos. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), mencionou que tinha algumas questões a serem abordadas. Em primeiro lugar, referiu-se às obras que estão a decorrer na Ribeira da Apelação, junto à Praceta de Camões, estão com um atraso de cerca de um ano, o que, segundo se sabe, tem causado prejuízos ao comércio local, incluindo o encerramento de uma das lojas no final do mês. Solicitou que a Câmara informasse sobre a situação da obra, os motivos dos atrasos e o tipo de contato que tem mantido com os comerciantes para entender as consequências da obra. -----

No que diz respeito à Praça da República, em Sacavém, destacou que a obra em andamento resultou na retirada de um número significativo de lugares de estacionamento, sem que tenha sido criada qualquer alternativa. Essa situação é particularmente problemática em Sacavém, uma freguesia já carente de estacionamento, e causou vários prejuízos. Perguntou se há previsão de encontrar uma alternativa, mesmo que provisória, para o estacionamento que foi retirado. -----

Referindo-se à Quinta do Mocho, disse que alguns despejos estão a afetar pessoas com doenças de longa duração ou crónicas, e solicitou esclarecimento sobre se está a ser fornecido acompanhamento social a essas famílias, uma vez que se tem conhecimento

de que algumas delas ficam sem-abrigo, adquirindo assim o estatuto de pessoas sem abrigo.-----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (Chega), lembrou que, há duas ou três assembleias, o executivo foi questionado sobre as obras na Avenida 25 de Abril, na Portela da Azóia. Na ocasião, o senhor Presidente afirmou que as obras seriam retomadas no dia 5 de janeiro. Contudo, até à data, as obras ainda não foram concluídas, especialmente a aplicação do alcatrão, e, por isso, solicitou um ponto de situação, uma vez que continuam a ser recorrentes as denúncias por parte dos moradores e utilizadores daquela estrada.-----

Além disso, na mesma reunião foi feita uma observação, na qual foi questionado ao senhor Presidente sobre as obras na Portela Norte, em que foi respondido que daria uma resposta de forma eficaz e eficiente, mas até agora não foi recebida nenhuma atualização. Reiterou o pedido de informações sobre o estado dessas obras. -----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), apontou a situação recorrente junto ao apeadeiro da Bobadela, onde duas tampas de um coletor de águas residuais estão sempre a provocar alagamentos no acesso ao apeadeiro, especialmente durante as chuvas. Esse problema persiste há vários meses, e os utilizadores têm que atravessar efluentes domésticos para apanhar o comboio. Solicitou uma resolução urgente para aquela questão.-----

Abordou um problema identificado na União de Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, que se refere à degradação dos equipamentos desportivos, como polidesportivos e ringues. A falta de manutenção por parte das autarquias é preocupante, uma vez que muitos equipamentos não estão vedados, colocando em risco os utilizadores. Mencionou que a requalificação desses equipamentos recebeu apenas uma dotação de 6.900 euros, e gostaria de saber quais os equipamentos que serão beneficiados por esse investimento da Câmara Municipal, dado que já houve muitos custos com a sua conservação.-----

Por último, questionou se esse tratamento será equitativo entre todas as freguesias do concelho, especialmente em relação àquelas que têm cumprido as suas obrigações de manutenção e conservação. Disse ser urgente estabelecer critérios claros para garantir que as freguesias que mantêm os seus equipamentos em boas condições não sejam penalizadas, enquanto se promove a recuperação dos que estão degradados.-----

- Ana Margarida Dias Raimundo Guerreiro (Chega), deu nota de uma situação que naquele dia aconteceu no vasto território da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, com uma falha dos SIMAR, em que as escolas, ATL, jardins de infância e muitos negócios estiveram todos encerrados. Os SIMAR eram meio-dia

enviaram um *post* para o Facebook a comunicar que as obras que estavam destinadas a serem feitas naquele dia, por motivos de mau tempo e não seriam efetuadas. A informação de mau tempo já decorre desde o início da semana e não consegue arranjar justificação para aquela situação ter ocorrido naquele tempo. Questionou se podia ser dada alguma justificação para poder ser passada aos fregueses. -----

- Tiago Filipe Jorge da Silva (IL), questionou sobre a escola de Fanhões, que tem a obra parada há várias semanas, com o impacto direto na segurança e mobilidade diária das crianças nos acessos à entrada e à saída da escola, tanto de manhã como à tarde, bem como do ATL. Perguntou qual a justificação para a paragem da obra, se há algum calendário atualizado e medidas imediatas de segurança que a Câmara esteja a adotar para proteger as crianças. -----

- Renato Joaquim Alves (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação), agradeceu à Câmara Municipal por ter dado início à cobertura do parque de jogos da Escola Secundária de Camarate. Demorou um pouco, mas já iniciaram as obras. É uma obra que vai envolver cerca de seiscentos mil euros do qual a Junta de Freguesia muito agradece à Câmara esse empenho e dedicação. Por outro lado, reconheceu o facto da Câmara já ter colocado as máquinas do alcatrão na freguesia de Camarate, asfaltando aquelas artérias que estavam em risco há muito tempo e que desta vez sim as coisas estão a andar muito bem. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos. -----

- A Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, relativamente à questão apresentada pela deputada municipal Fátima Amaral sobre as obras da Ribeira da Apelação, informou que, em relação ao atraso da obra, isso se deve a circunstâncias adversas que não haviam sido identificadas inicialmente e que têm causado problemas ao andamento natural do projeto e à calendarização prevista. Especificamente, mencionou a existência de condutas, cabos e outros fatores que estão a impedir o cumprimento do programa inicial. Em relação aos prejuízos ao comércio afetado, esclareceu que já estão identificados os comerciantes e, seguindo o procedimento adotado em situações semelhantes, como em Moscavide e Sacavém, o mesmo tratamento será dado a esse tecido empresarial. -----

Sobre as intervenções realizadas para desocupar frações habitacionais municipais devido a vários incumprimentos, destacou que essas situações estão a ser encaminhadas para a área de ação social, onde estão disponíveis recursos para garantir que ninguém fique em situação de sem-abrigo, especialmente pessoas em condições de

saúde ou situações de vulnerabilidade social, seguindo o mesmo procedimento aplicado em outras circunstâncias. -----

Em resposta ao deputado municipal Bruno Simão, informou que, em relação aos equipamentos desportivos, os serviços da Câmara estão a trabalhar de forma articulada para realizar um levantamento detalhado do estado desses polidesportivos, e com base nesse diagnóstico, um plano de trabalho será apresentado para assegurar todas as condições de utilização. Também realçou que alguns desses equipamentos apresentam degradação manifesta, que não é resultado dos últimos quatro anos. -----

- O Vereador, Nuno Ricardo Conceição Dias, começou com a questão colocada pela deputada Fátima Amaral, sobre o estacionamento na Praça da República, mencionando que o projeto proposto indicava uma diminuição do estacionamento naquela área, que numa primeira fase seria compensada pela unidade de execução até à Praça da República, e numa segunda fase pela criação de um estacionamento público como parte dessa intervenção. Destacou um aspeto importante em relação ao trabalho realizado na Praça da República, dando nota que, ao contrário de alguns críticos que afirmavam que seria ineficaz, uma mudança significativa no fluxo de tráfego havia realmente ocorrido num eixo anteriormente estagnado. Reconheceu a remoção do estacionamento, expressando confiança de que o estacionamento desorganizado que existia na parte interna da Praça da República poderia ser regulamentado após a conclusão do estacionamento planeado. Disse que estavam em fase de análise do projeto. -----

Dirigindo-se ao deputado municipal Luís Direitinho sobre as obras da 25 de abril, explicou que um grupo de moradores solicitou a ausência de intervenção durante o período de Natal, o que foi comunicado à empresa, resultando na desmobilização de recursos, já que o projeto estava estagnado naquele momento. Deu nota que o agravamento das condições climáticas atrasou ainda mais a alocação imediata de recursos para essa área. Acrescentou que entendia as limitações, já que ele próprio percorria aquela rua diariamente. Comentou que não se conseguia lembrar de um mandato durante o qual tantas intervenções tivessem sido feitas na Portela da Azóia em benefício da população. Assegurou que as obras realmente iriam acontecer e aguardavam a mobilização, que havia sido dificultada pelo clima. Expressou que era essencial garantir um trabalho de qualidade para não correr o risco de necessitar de remendos posteriormente. Concluiu afirmando que os planos estavam em vigor e que o trabalho seria realizado adequadamente, incluindo medidas de acalmia, inclusivamente na circulação, com um conjunto de coisas. -----

Salientou que também era importante que iriam iniciar os trabalhos na UGT3, que tinha sido adiado para evitar conflitos com outros projetos. Planeavam iniciar os contratos de planeamento e urbanização da UGT16, embora pudesse confirmar essa informação mais

tarde. Expressou confiança de que naquele ano ainda pudessem avançar com contratos de planeamento e de urbanização para três UGTS na Portela da Azóia. -----

Dirigindo-se ao deputado municipal Bruno Simão, sobre o apeadeiro da Bobadela, esclareceu que a questão não era recente, pois era uma preocupação há pelo menos quinze anos e não apenas de há dois ou três. Explicou que a situação envolvia uma caixa de visita para drenagem reportada várias vezes à ADTA, particularmente problemática durante a chuva.-----

Em resposta às preocupações levantadas pela deputada municipal Ana Guerreiro, explicou calmamente e de forma transparente que tinha sido feita uma programação para a execução da obra. Reconheceu que o agravamento das condições meteorológicas ao longo do dia dificultava o progresso e enfrentavam uma decisão: ou iniciar o trabalho e arriscar prolongar o corte de água para além dos dois dias planeados, ou adiar para garantir a segurança. Disse que as avaliações e o planeamento das intervenções em subsolo devem ocorrer durante a fase de execução, pois essa era a única abordagem viável. Mencionou ainda que as filhas também faltaram à escola devido aquelas perturbações, o que foi um transtorno, mas considerou preferível não avançar precipitadamente e arriscar atrasos desnecessários. Referiu que, se tivessem apressado a obra, poderiam agora estar a discutir novos atrasos numa futura assembleia e reconheceu que o planeamento nem sempre se desenrola como pretendido. -----

- Vereador António Manuel Lopes Marcelino, informou ao senhor deputado municipal Tiago Silva quanto à suspensão dos trabalhos na escola de Fanhões, mencionando que a informação que a Câmara tinha é que não houve suspensão. A colocação da tela estava dentro do cumprimento dos prazos que estavam contratualizados com a empresa. Não tinham outra informação técnica para além daquela. -----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), em resposta à sua intervenção, mencionou que nenhuma das duas perguntas que fez sobre os polidesportivos foi respondida, nem quais seriam os intervencionados nem como o tratamento seria equitativo entre as freguesias, especialmente entre aquelas que cumpriram as suas obrigações de conservação e manutenção. Registou que, nos últimos quatro anos, não houve qualquer monitorização desses equipamentos e expressou a expectativa de um levantamento integral, o que indicava a ausência de trabalho de verificação das condições de segurança nesses equipamentos. Disse concordar com a senhora Vice-Presidente ao afirmar que os equipamentos não estavam nessa situação há apenas quatro anos, pois em algumas freguesias daquela União, a situação arrastava-se há treze, quatorze e até quinze anos. Destacou que, desde que o Partido Socialista passou a governar aquelas freguesias, foram utilizadas verbas da descentralização de competências e dos contratos interadministrativos para fins distintos da conservação dos equipamentos dos parques

infantis e polidesportivos, uma situação que poderia ser facilmente demonstrada pelos orçamentos aprovados nas diversas freguesias. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), referiu que como a Câmara já não tinha tempo para responder e o assunto carecia de resposta, pelo que colocaria a questão num outro ponto. -----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (Chega), agradeceu os esclarecimentos do senhor vereador Nuno Dias, realçando que, na verdade, ele não respondeu à sua questão, que era bastante objetiva: quando se previa a retomada da obra. O que foi mencionado foi que a estrada precisava de intervenção, o que, segundo ele, não é uma informação nova, já que todos sabem disso, e que existem várias estradas nessa situação. Reiterou que, tal como afirmou na sua intervenção inicial, o Chega não possui dogmas, reservas ou preconceitos ideológicos ao reconhecer um trabalho bem feito. Reconheceu que realmente houve repavimentação em Loures, o que seria o mínimo a esperar, considerando a quantidade de impostos pagos. Por fim, lembrou que também questionou sobre a Portela Norte e que ainda não havia recebido resposta sobre esse tema. -----

- Samuel David dos Santos Saldanha (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela), lamentou a saída do deputado municipal Bruno Simão, pois gostaria de dizer-lhe que não conhece a freguesia. Expressou a sua tristeza referindo que sendo um morador da freguesia há tantos anos, o deputado municipal Bruno Simão não estava ciente do polidesportivo da Fraternidade, ter recebido um investimento de mais de trinta mil euros e encontrava-se em boas condições. Também mencionou que, no levantamento que está a ser realizado pela Câmara, foram identificados três polidesportivos, ou "ringues", que não estavam incluídos no contrato interadministrativo. Deu nota que o deputado municipal Bruno Simão ouviu apenas uma parte do que a senhora Vice-Presidente disse, focando apenas na afirmação de que não houve investimento nos últimos quatro anos, mas esqueceu-se dos oito anos anteriores em que nada foi feito sob a governação da CDU, nem mesmo um levantamento. Garantiu que a Câmara e as Juntas de Freguesias irão retomar a dignidade daqueles polidesportivos. -----

- Ricardo Jorge Monteiro Lima (Presidente Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela), na qualidade de responsável do Partido Socialista no concelho de Loures, congratulou pela gestão das freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, destacando o trabalho desenvolvido desde que o PS assumiu o

governo e a liderança dessas freguesias. Mencionou que esse trabalho tem sido reconhecido pelos eleitores ao longo dos anos. -----

Mencionou que a avaliação do Partido Socialista é amplamente positiva entre a população, enquanto a gestão da CDU, mencionada por um eleito da oposição, tem sido cada vez mais rejeitada. Criticou a gestão anterior da CDU na freguesia, classificando-a como uma "lástima" e uma "vergonha", e afirmou que isso contribui para o crescimento contínuo do eleitorado do PS. Realçou que, embora todos possam falar, nem todos têm a capacidade de realmente fazer. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, deu por terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”, dando início ao “Período de Intervenção do Público”. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- Neste período, foi informado que existia um (1) munícipe inscrito, tendo seis minutos para intervir.-----

- Mário Jesus Lopes, elogiou o alto sentido cívico e dever dos portugueses na primeira volta das eleições presidenciais, que deitou por terra nove candidatos, passando a segunda volta a duas candidaturas numa luta pela democracia. No dia 8 de fevereiro de 2026, teriam a resposta final e só um português seria presidente. -----
No que respeita ao concelho de Loures, disse estar absolutamente convencido que seria muito profícuo no seu desenvolvimento socioeconómico, mas teriam de melhorar na saúde, na habitação, no setor escolar e nas infraestruturas à acessibilidade, igualmente na vertente ambiental. Disse que algumas sugestões que já deu na revisão do PDM são um bocadinho daquilo que tem de ser feito. O poder local quando se substitui ao poder central na realização de determinadas atividades, pode encontrar entraves e é necessária uma articulação de processos para não haver choques de interpretação. ----
Deixou em aberto o Regimento da Assembleia, esperando que seja feito dentro do vínculo democrático. -----

- Terminado o “Período de Intervenção do Público”, deu-se início ao “Período da Ordem do Dia”. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO UM** -----

Proposta n.º 2/2026 - Orçamento Municipal para 2026 e Opções do Plano 2026-2030

(Aprovação ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação). Proposta da Câmara Municipal. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para apresentação da proposta.-----

- O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Jorge Colaço Leão, afirmou que o Orçamento Municipal para o corrente ano e as Grandes Opções do Plano constituíam um documento que não poderia deixar de seguir as linhas orientadoras dos orçamentos anteriores, sobretudo do mandato anterior. Acrescentou que aquele documento representava um conjunto de ações e rubricas que definiriam o mandato para o qual o executivo tinha sido democraticamente eleito. Referiu que, naquela sessão da Assembleia Municipal, depois de já o ter feito na reunião de Câmara, estava a ser apresentado o Orçamento Municipal para 2026, considerado central para a ação política do executivo e assumido como um compromisso claro com os cidadãos, o território e o futuro do município. -----

Explicou que o orçamento refletia uma visão estratégica assente no desenvolvimento sustentável, na coesão social e na melhoria da qualidade de vida da população, salientando que não se tratava apenas de números, mas de opções políticas que colocavam as pessoas no centro das decisões.-----

Indicou que o Orçamento Municipal para 2026 se estruturava em torno de eixos fundamentais, como a juventude, a promoção da igualdade, a inclusão social, a qualidade de vida, o desporto, a valorização da cultura, o reforço da educação, a prioridade à saúde, a habitação, a segurança, a mobilidade, o urbanismo sustentável, o ambiente, a proteção animal, a dinamização económica, o turismo e o comércio local. - Sublinhou que se tratava de um orçamento responsável e equilibrado, assente numa gestão rigorosa dos recursos públicos, numa política financeira prudente e na manutenção de níveis de endividamento controlados. Informou que o valor global do orçamento para 2026 ascendia a trezentos e vinte e dois milhões de euros, sendo inferior ao orçamento inicial de 2025, que tinha sido de trezentos e quarenta e um milhões de euros. Explicou que essa redução refletia a política de diminuição contínua dos impostos municipais em benefício das famílias do concelho de Loures, nomeadamente através da descida do IMI e do IRS, o que representava uma não arrecadação de 9,4 milhões de euros face às taxas máximas. -----

Afirmou que o Orçamento para 2026 seguia a linha dos apresentados no mandato anterior, caracterizando-se como prudente, equilibrado e baseado numa previsão segura de receita. Recordou que as taxas de execução, tanto da receita como da despesa, tinham sido positivas nos sucessivos mapas de demonstrações de resultados,

e adiantou que, relativamente ao exercício financeiro de 2025, a taxa de execução da receita tinha sido de 88% e a da despesa de 80%.-----

Referiu ainda que o orçamento refletia apostas importantes, nomeadamente um investimento superior a 120 milhões de euros no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos e do próprio orçamento, incidindo sobretudo na saúde, mobilidade, habitação, educação e na continuidade de intervenções em vias e asfaltamentos. Destacou também o aumento significativo do apoio às corporações de bombeiros, cujo financiamento ultrapassava já os quatro milhões de euros, valor muito superior ao registado em 2021, quando o executivo tomou posse, e o reforço das transferências para as juntas de freguesia, consideradas parceiros essenciais na resposta às necessidades da população. -----

Por fim, agradeceu a todos os trabalhadores da Câmara Municipal, sublinhando que eram eles quem executavam os orçamentos e os documentos apresentados em Câmara e Assembleia Municipal. Dirigiu um agradecimento especial ao Departamento Financeiro, responsável pela elaboração do documento, cuja qualidade e rigor considerou demonstrativos do profissionalismo e empenho da equipa. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu em nome da Mesa pela apresentação feita do Orçamento Municipal para 2026, das suas opções estruturantes e também os eixos em função das matérias e das prioridades que foram identificadas. Agradeceu a todos os trabalhadores e dirigentes que prepararam aquele documento num ponto de vista técnico. -----

Foi dada a palavra aos deputados municipais, para intervirem sobre o assunto. -----

- Intervieram: -----

- Rita Lage Sarrico (BE), disse que pretendia reafirmar o compromisso assumido pelo seu partido ao longo do mandato: o de exercer uma oposição responsável, séria e construtiva. Explicou que, para isso, analisavam cuidadosamente os documentos apresentados, reconhecendo avanços quando existiam, mas assinalando igualmente tudo o que consideravam insuficiente, adiado ou incorreto. Era nesse espírito, que intervinham relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2026. ----

Sobre a área da habitação, lembrou que o país vivia uma crise habitacional profunda, concreta e transversal a vários estratos sociais, colocando famílias perante escolhas impossíveis entre despesas essenciais e o pagamento da renda. Acrescentou que muitos jovens viam o seu futuro adiado, incapazes de sair de casa dos pais, e que, em situações mais vulneráveis, havia pessoas confrontadas com o risco real de despejo. Sublinhou que Loures era um dos concelhos mais afetados por essa realidade. -----

Afirmou que considerava positiva a aposta dirigida aos jovens e à classe média, embora algumas medidas ainda não estivessem suficientemente claras quanto à sua concretização. No entanto, manifestou preocupação com a mensagem transmitida na reunião de Câmara, segundo a qual a habitação municipal não seria a prioridade, dando-se primazia à classe média e aos jovens. Disse que, apesar do seu partido acompanhar essa vertente, continuavam preocupados com o número significativo de pessoas em situação social e financeira vulnerável, em listas de espera para habitação municipal, em risco de despejo ou a viver em condições indignas. Considerou que, apesar de se falar em arrendamento acessível e a custos controlados, o orçamento não apresentava uma resposta clara, robusta e estruturada para quem vivia a urgência habitacional como um problema de sobrevivência. -----

Acrescentou que, num período excecional de financiamento, era preocupante chegar a 2026 sem uma resposta forte nessa matéria. Recordou que o Plano Plurianual de Investimentos tinha tido fraca execução, que a execução do PRR ficara aquém do esperado e que cerca de 40% do investimento previsto dependia ainda de verbas por definir, o que levantava dúvidas sobre a concretização efetiva das medidas anunciadas. Sobre a educação, lembrou que, há vários anos, antes mesmo do atual executivo, o seu partido vinha alertando para a urgência da requalificação das escolas do concelho, tendo sido por vezes acusado de alarmismo. Saudou os avanços realizados e os recentemente anunciados, afirmando que persistiam adiamentos em situações urgentes, sobretudo no primeiro ciclo e no pré-escolar em várias freguesias. Saudou também o alargamento das refeições escolares gratuitas a todos os escalões, medida que o seu partido vinha propondo há anos e que considerava importante para a justiça social. Contudo, deu nota que continuava sem existir uma resposta robusta para os problemas da qualidade e quantidade das refeições escolares, lembrando que, em muitos casos, aquela era a única refeição completa de uma criança. Mencionou ainda a ausência de uma estratégia clara para o alargamento da confeção local das refeições a todas as escolas, algo que, no seu entender, teria impacto direto na qualidade alimentar, na dignificação do serviço e na economia local. -----

Na área do ambiente, afirmou que o plano municipal para as alterações climáticas continuava por apresentar, embora soubesse que aguardava-se pela tomada de posse da comissão responsável. Disse que aguardavam o documento, mas que, no orçamento, não conseguiam identificar um caminho claro para a transição climática no concelho. Considerou que existiam medidas pontuais de manutenção, muitas delas necessárias, mas insuficientes, e que não se via uma estratégia integrada à altura do desafio climático nem da transformação necessária no território.-----

Relativamente à cultura, recordou que a construção do centro cultural, era uma das bandeiras do Bloco de Esquerda e também uma promessa eleitoral do Partido Socialista em 2021, chegando a constar de documentos orçamentais, mas que acabou por

desaparecer. Disse que, no ano anterior, ao questionar o presidente da Câmara, ele respondera que, enquanto houvesse escolas por requalificar, não se avançaria com o centro cultural. Afirmou que queria antecipar essa resposta, defendendo que a requalificação das escolas era essencial, mas que a cultura também era uma prioridade, um direito constitucional e um pilar da coesão social. Considerou que uma prioridade não anulava a outra e que avançar com o centro cultural seria uma questão de boa gestão, planeamento e visão política.-----

Para concluir, mencionou que o Bloco de Esquerda tinha apresentado cerca de cinquenta propostas para o orçamento, conscientes de que não seria possível acolher todas, mas esperando algum diálogo sobre as medidas apresentadas. Disse que, apesar de não terem recebido resposta, mantinham a vontade de diálogo e de construção de soluções para os problemas do concelho. No entanto, após a análise do orçamento e tendo em conta os pontos referidos, anunciou que o Bloco de Esquerda não acompanharia a proposta de Orçamento Municipal, reiterando, contudo, o compromisso de continuar a apresentar propostas e a manter abertura ao diálogo com o executivo.-----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (Chega), começou por deixar um agradecimento especial aos funcionários da Câmara Municipal, sublinhando que o orçamento era um documento de enorme complexidade, exigindo muitas horas de dedicação para ser elaborado e nem sempre sendo de leitura fácil. Considerou, que esse agradecimento era mais do que merecido.-----

Informou que o grupo municipal do Chega já tinha definido o seu sentido de voto e que seria contra o orçamento apresentado. Justificou essa posição afirmando que o documento confirmava um modelo de governação municipal legítimo, mas no qual o seu partido não se revia. Apesar disso, assinalou que existiam pontos positivos que mereciam ser destacados. -----

Relativamente à habitação, afirmou que o seu partido via com bons olhos o investimento na habitação municipal, desde que não se limitasse ao arrendamento apoiado e incluísse também modalidades como a renda acessível e soluções dirigidas aos jovens. Explicou que tanto a classe média como os jovens tinham sido fortemente afetados, a classe média pelo aumento das rendas no mercado privado e os jovens pelos baixos salários que dificultavam o acesso à habitação. Considerou, por isso, positivo que o orçamento previsse investimento para essas duas faixas da população, em vez de concentrar exclusivamente recursos no arrendamento apoiado, que, segundo afirmou, não tinha sido bem gerido em mandatos anteriores.-----

Referiu também que o seu partido saudava a redução da política fiscal, embora entendesse que essa poderia ter sido mais ambiciosa. Reconheceu que essa redução tinha impacto significativo nas contas municipais, mas considerou que não se traduzia

num ganho concreto e visível para os orçamentos familiares dos munícipes. Defendeu que o executivo poderia ter ido mais longe, embora admitisse que tal ambição era limitada pelo peso das decisões tomadas no passado, nomeadamente a existência de uma dívida de 18 milhões de euros na habitação municipal. Afirmou que, se o parque habitacional tivesse sido gerido de forma mais eficaz, seria possível apresentar agora uma redução maior da receita fiscal, beneficiando diretamente as famílias e empresas do concelho. Assinalou ainda uma preocupação adicional: o facto de o orçamento apresentar uma maior dependência de transferências e comparticipações externas. Considerou que essa dependência aumentava a exposição do município a fatores externos e reduzia a previsibilidade financeira e a capacidade de execução do orçamento, sobretudo no que dizia respeito a fundos comunitários, ao PRR e a outros mecanismos de financiamento que pudessem abrir no futuro.-----

Mencionou que, ao analisar o orçamento, identificava várias áreas que mereciam reflexão. Começou por referir que, ao comparar as receitas e despesas correntes, se estimavam cerca de 214 milhões de euros de receita e 193 milhões de euros de despesa, o que resultava numa margem aproximada de 21,8 milhões de euros. No entanto, deu nota que, ao analisar as receitas de capital, se constatava a existência de um défice, situação que considerava preocupante, uma vez que poderia limitar a execução do orçamento e, no limite, obrigar o executivo a contrair empréstimos, algo que o seu partido já tinha manifestado desagrado em anos anteriores.-----

Acrescentou que, ao analisar o documento com maior detalhe, havia aspetos que impediam o seu partido de o aprovar ou de com ele compactuar. Um desses aspetos era o aumento das despesas com pessoal. Reconheceu que existiam fatores justificativos, como requalificações, o SIADAP e o aumento da remuneração mínima mensal garantida, mas considerou que continuava a verificar-se um crescimento da estrutura de pessoal da Câmara. Admitiu que havia áreas com necessidades reais, como a educação, nomeadamente no que dizia respeito às assistentes operacionais, mas defendeu que era essencial identificar as unidades orgânicas com carências e aquelas com excesso de pessoal, promovendo mobilidade interserviços em vez de recorrer sistematicamente a novas contratações. Referiu também que, na área da modernização administrativa, a Câmara deveria ter sido mais ambiciosa, promovendo um modelo de funcionamento mais eficaz e eficiente, reduzindo a burocracia e aproximando os serviços dos munícipes. Considerou que o orçamento não apresentava medidas significativas nesse domínio. ---

Relativamente à saúde, destacou que o documento previa um investimento de cerca de 10,7 milhões de euros, o que considerou positivo, uma vez que contribuía para dignificar tanto os profissionais como os utentes das unidades de saúde. Afirmou que não colocava em causa esse investimento, mas referiu que o orçamento não apresentava propostas concretas para a captação de médicos de família, algo que considerava essencial para reduzir o número de munícipes sem médico atribuído. Defendeu que

deveria existir uma dotação orçamental mais robusta para implementar medidas capazes de atrair médicos para o concelho. Acrescentou ainda que o orçamento mencionava a realização de um festival de saúde em Loures, mas sem fornecer detalhes suficientes, pelo que solicitou um aprofundamento sobre o tema. -----

Referiu que, na área do turismo, o orçamento lhe parecia demasiado redutor. Considerou que Loures era um concelho com grande potencial turístico, citando como exemplos Bucelas ou Santo Antão e São Julião do Tojal. Defendeu que deveria existir um reforço da verba destinada ao turismo, de forma a dinamizar, no caso de Bucelas, o turismo vitivinícola e o enoturismo, atividades que poderiam gerar receita para o município e criar postos de trabalho diretos e indiretos. -----

Referiu também que outro tema que suscitava preocupação era o das responsabilidades contingentes. Reconheceu que era sempre possível que particulares ou entidades coletivas intentassem ações judiciais contra a Câmara, mas deu nota que, ao analisar o orçamento e os valores envolvidos, alguns superiores a trinta ou quarenta milhões de euros, essa situação gerava desconfiança e apreensão. -----

Assinalou ainda que via com agrado o alargamento das refeições escolares gratuitas a todas as crianças, considerando essa medida inequívoca e positiva. No entanto, sublinhou a importância de manter um controlo rigoroso das dívidas associadas a esse serviço. Afirmou que ninguém defendia a recusa de alimentação, mas que era necessário sensibilizar os encarregados de educação para não deixarem acumular montantes em dívida, uma vez que tal não era justo para quem cumpria as suas obrigações. -----

Concluiu afirmando que aquelas eram as considerações gerais do seu grupo municipal, sem prejuízo de outras que pudessem ser apresentadas na intervenção da bancada. Acrescentou que tais observações demonstravam já qual seria o sentido de voto do grupo municipal do Chega, que seria votar contra. -----

- Pedro Henrique Godinho Barreira Castanheira Lopes (PPD/PSD), disse que o PSD está preocupado, afirmando que essa inquietação se deve ao facto de que, à partida, as premissas não são as corretas. Começando pela previsão da inflação no orçamento, que consideram errada, uma vez que a projeção indicada pelo Governo, pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu é entre dois e dois vírgula um por cento. Além disso, mencionou uma previsão de diminuição da taxa de desemprego, conforme os dados do Governo, da Comissão Europeia e do FMI, contrariamente ao que é descrito naquele orçamento. Essa situação foi objeto de oposição por parte do PSD, que também destacou que a redução do IMI evidencia falta de vontade. A descida de zero três seis dois para zero três seis um por cento, segundo eles, demonstra que há uma poupança de um euro para cada cem mil euros de valorização. Um exemplo que foi fornecido para facilitar a compreensão é que, ao multiplicar o valor de transações realizadas em 2025

no concelho de Loures pelo número médio de metros quadrados de uma casa, resulta numa poupança de um euro e sessenta e seis centavos, o que, segundo o PSD, não pode ser considerado uma verdadeira economia para as pessoas.-----

Além disso, o executivo assumiu que haverá um déficit de cinco por cento nas contas, que, segundo eles, será obrigatoriamente compensado no ano subsequente. Assim, salientou que, o PSD ao deixar o executivo, onde tinha responsabilidades financeiras e de controlo orçamental, houve um princípio de crescimento no município, com aumento das receitas por atração de novas empresas e cidadãos, ao mesmo tempo em que se reduziu a carga fiscal, sempre respeitando o princípio das contas certas. Menos de três meses após o atual executivo ter tomado posse, já se apresentou um orçamento deficitário, evidenciando a falta que o PSD representa para o município. Por outro lado, o PSD considera incoerente que as receitas do município tenham caído seis por cento, argumentando que nada justifica a perda de dezanove milhões de euros em relação a 2025, especialmente ao considerar os seguintes fatores: um aumento previsto de cento e cinquenta e oito por cento nas receitas de rendimentos de propriedade, um aumento de quarenta e dois por cento nas vendas de bens e serviços e um aumento de treze por cento em taxas, multas e outras penalidades. -----

Disse esperar que a situação não se transforme numa caça às multas. Manifestou a sua incompreensão em relação ao aumento das despesas, como o acréscimo de vinte e sete por cento nos subsídios e cinquenta e quatro por cento na rubrica de outras despesas correntes. Além disso, destacou que as freguesias deixarão de contar com o apoio da Câmara, já que, comparando com o ano anterior, a Câmara prevê transferir menos de meio milhão para as juntas de freguesia.-----

Em relação aos investimentos, afirmou que o cenário não é favorável para aquele orçamento, mencionando uma diminuição de trinta milhões de euros em investimentos de 2025 para 2026. Sublinhou que isso implica menos investimento em áreas essenciais como a habitação, escolas e estradas, que devem ser as prioridades de um executivo, a fim de proporcionar aos munícipes as ferramentas necessárias para criar um concelho mais justo, seguro e bem equipado. Lembrou que essa foi a trajetória do PSD enquanto esteve no executivo e nas áreas sob a sua responsabilidade, afirmando que, quando o PSD sai, o investimento no município deixa de ser uma prioridade e não quer acreditar de que se possa achar que tudo já foi feito. -----

Para exemplificar, mencionou que, ao percorrer as estradas do concelho, é evidente que há muito trabalho pela frente. Fez referência a investimentos que foram contemplados no passado, mas que agora deixaram de existir, citando, entre outros, a bacia de retenção da Flamenga, que, com o temporal atual, poderia resultar em problemas se a obra não fosse realizada; o mercado de Sacavém com o balcão de atendimento da Câmara, e o lançamento do concurso para a instalação de câmaras de videovigilância,

localizadas conforme a identificação feita pela PSP e GNR. Terminou, reafirmando que o PSD está preocupado. -----

- Tiago Filipe Jorge da Silva (IL), reconheceu os aspetos positivos dos investimentos em habitação, saúde, educação, mobilidade e ambiente. No entanto, notaram que a área fiscal apresentava desafios significativos. O partido IL iria votar contra o orçamento porque considerava que o executivo deveria ter sido mais ambicioso em matérias fiscais. Argumentou que um alívio fiscal mais substancial e realista para as famílias poderia ter sido alcançado através de reduções no IRS e no IMI. -----

Consideram positiva a redução da derrama para as empresas com faturação até cento e cinquenta mil euros, contudo uma maior redução da derrama para mais empresas era essencial para tornar o concelho mais competitivo. Os estudos indicam que as empresas maiores tendem a atrair mais pessoas, criar mais empregos e oferecer melhores salários, que são os tipos de negócios de que se precisa. A redução da derrama sobre as empresas poderia contribuir positivamente para esse objetivo. -----

Adicionalmente, destacou que o executivo deve alocar uma maior percentagem dos investimentos à digitalização e à utilização de novas tecnologias para simplificar e desburocratizar os processos da Câmara Municipal. -----

- José Júlio dos Santos Pinto (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal), levantou três questões importantes relativamente ao orçamento para 2026 para a sua freguesia. Começou por mencionar o projeto do troço da Via de Cintura que liga a rotunda de À-das-Lebres à rotunda das Oliveiras. Mencionou a importância desse troço devido ao significativo trânsito diário que suportaria, com aproximadamente catorze mil pessoas a entrarem na freguesia para trabalhar. Mencionou que as zonas industriais estão a expandir-se, o que irá criar postos de trabalho e aumentar ainda mais o tráfego na área. Referiu que a sua freguesia também serve como rota de trânsito para áreas do Norte, como Bucelas e Fanhões, bem como para municípios vizinhos como Vila Franca, Sobral e Arruda. Explicou que o trânsito frequentemente desvia-se por aquela zona devido à CREL ser paga. -----

Gostava de perceber porque é que aquele projeto não estava incluído no orçamento de 2026. Sugeriu à Câmara considerá-lo para planeamento futuro, destacando a sua importância para a zona norte, para os residentes e trabalhadores de Santo Antão e nas freguesias vizinhas. -----

Adicionalmente, questionou as disposições orçamentais para 2026 relativas a contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia na área dos asphaltamentos. Solicitou esclarecimentos sobre se havia verbas definidas por freguesia para aquelas iniciativas e se já existia um orçamento definido para cada área. -----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), mencionou que a discussão em curso dizia respeito ao orçamento apresentado pelo Partido Socialista, que dispunha de uma maioria confortável para aprovar as suas propostas e concretizar o seu projeto político. Acrescentou que, apesar disso, o trabalho desenvolvido na Assembleia Municipal deveria ser encarado como um exercício democrático e legítimo de apreciação, crítica e dissenso, lembrando que a democracia também se construía através do dissenso relativamente às opções apresentadas. -----

Referiu que a primeira grande objeção e preocupação do seu partido relativamente ao orçamento resultava da experiência acumulada com os orçamentos anteriores. Disse que, mais uma vez, se apresentava uma proposta orçamental semelhante às dos anos transatos, marcada por um conjunto acumulado de propostas, projetos e ações que atravessavam todo o documento, com especial incidência no Plano Plurianual de Investimentos. Afirmou, que os últimos quatro anos tinham demonstrado que não era possível identificar, à partida, opções claras, uma vez que, acompanhando os trabalhos da Câmara, percebera que nenhuma área deixava de ser considerada prioritária. Referiu que, num orçamento limitado, quando tudo era prioritário, na prática nada o conseguia ser. -----

Afirmou que, ano após ano, a CDU alertava para o facto de existir um vasto conjunto de ações e projetos incluídos no orçamento e no plano de investimentos cuja maturidade não era clara, sem verbas definidas, e que o orçamento em discussão voltava a apresentar essa característica, com cerca de sessenta e oito milhões de euros no PPI sem fonte de financiamento identificada. Admitiu que parte desse valor poderia depender de crédito ou de financiamento externo, como fundos comunitários, mas lembrou que, no final de cada ano, acabava por ser retirado do PPI inicial um montante médio entre trinta e quarenta milhões de euros. Para ele, isso demonstrava que o que era apresentado como prioritário não correspondia ao que realmente se concretizava, tornando impossível definir prioridades reais à partida. -----

Acrescentou que, além disso, algumas prioridades essenciais continuavam a ficar de fora. Exemplificou com o acesso aos Tojais, considerado fundamental para a zona norte, e com compromissos assumidos anteriormente, como a gratuidade da CREL para residentes, que não se concretizara. Referiu também a via Avelar Brotero, essencial para a cidade de Loures, cuja execução continuava dependente do calendário das obras do metro, o que, no seu entender, significava um atraso significativo. Mencionou ainda a remodelação da escola básica da Apelação, que tinha sido objeto de compromissos claros, mas não constava do orçamento. Mencionou que várias obras se arrastavam de orçamento para orçamento, surgindo recorrentemente nos PPIs sem concretização. Manifestou também preocupação com o facto de os últimos quatro anos terem sido marcados por orçamentos excecionais em termos de capacidade financeira potencial, devido às linhas de financiamento do PRR, que não se repetiriam. Explicou que, nesses

anos, se celebrava sempre o “maior orçamento de sempre”, muito apoiado na possibilidade de utilizar fundos do PRR, mas que, com o fim do respetivo período de execução, o orçamento para 2026 já apresentava uma redução. Considerou, contudo, que o município tinha aproveitado pouco essa oportunidade, lembrando que, em 2025, estavam previstos cinquenta milhões de euros de investimento provenientes do PRR que não se concretizaram. -----

Afirmou que a experiência indicava que parte do investimento previsto para 2026 também não se concretizaria, representando uma oportunidade perdida que não voltaria a surgir. Disse ainda que, ao analisar a apresentação do orçamento na reunião de Câmara, percebera que se estava a passar de orçamentos “aditivados”, como nos últimos quatro anos, para orçamentos “adjetivados”, dando nota que nunca tinha visto tantos adjetivos atribuídos a um orçamento como ao de 2026. Concluiu que, na perspetiva da CDU, o município caminhava para o quinto ano consecutivo em que o orçamento permaneceria sobretudo no campo das possibilidades. -----

- Pedro Manuel Fialho da Costa Lindo (PS), disse que a bancada do Partido Socialista registou que no orçamento há uma forte aposta na educação. É um valor ímpar colocado em orçamento e ímpar na história do concelho, sublinhando o valor de sessenta e cinco milhões de euros. A bancada do Partido Socialista concorda totalmente com aquela aposta, pois só através da educação é que conseguem progredir enquanto comunidade e é através da educação que alcançam a coesão social. Perante aquele orçamento, com aquele valor, com aquela magnitude, um valor histórico, solicitou que o Executivo identificasse quais são as grandes opções e desafios colocados nas grandes opções do plano para o ano 2026 e os próximos nos equipamentos escolares e na ação social escolar, no sentido de garantir a equidade entre todos os alunos que frequentam as escolas do concelho. -----

- Jorge Manuel Duarte Simões (Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões), mencionou que o investimento que está contemplado no orçamento para a freguesia de Fanhões tem três pontos nucleares: no Parque Municipal do Cabeço de Montachique, que também é importantíssimo, outro, na torre de vigia do Cabeço de Montachique e outro no bairro do Cabeço de Montachique, para os fogos que serão criados na Quinta de São Gião e no Alto do Andrade. Depois existe uma verba que está conjunta que não se sabe o valor. -----

Chamou a atenção para a necessidade imperiosa dos asphaltamentos na freguesia de Fanhões, uma vez que no passado ano 2025, a verba foi totalmente investida na Estrada Municipal 541 e que apenas deu para fazer um troço do Alto do Andrade para a Torre da Bezoeira, mais um pequeno troço junto à Fonte Casaínhos e outro junto à escola de Fanhões. Salientou que esse troço e Alto do Andrade para a Torre da Bezoeira ainda não

está marcado com os eixos de via que também prejudica muito a circulação na zona e a segurança, obviamente em detrimento de todas as outras ruas que tinham na freguesia, foi alocada à verba para essa obra que era importantíssima, mas não ficou concluída toda a estrada, mas para fazerem isso, tinham as outras pequenas ruas muito degradadas. Por isso, chamou a atenção para este facto que é muito importante e o asfaltamento é um dos pontos críticos e que se está a agravar-se de dia para dia. Obviamente existem outros pontos importantes na freguesia de Fanhões, como por exemplo, a criação de um polidesportivo sem detrimento da cobertura que está a ser feita na escola de Fanhões, e bem, e colocar esse equipamento para o uso público, o que é muito importante. Um pavilhão desportivo coberto seria muito importante para a freguesia e para a zona norte. Já deram várias sugestões, e uma delas foi no Alto do Andrade, num terreno que é em frente à Tecnocrimp, que é propriedade do município, mas também não seria menos assertivo se fosse no Parque Municipal do Cabeço de Montachique. Acho que o Parque Municipal do Cabeço de Monchique devia ter equipamento desportivo mais diversificado, no caso um pavilhão coberto onde pudessem existir várias práticas e também uma piscina. Disse pensar que ali seria o sítio ideal, não num interesse lúdico, mas num interesse de natação e hidroginástica para a zona norte. Seria muito importante porque a zona norte não tem nenhum equipamento daquela natureza e o parque municipal seria uma infraestrutura que já tem contemplada uma intervenção de um equipamento desportivo mais vasto. Claramente que teria uma segunda revisão do PDM, porque é fundamental para a freguesia de Fanhões dentro do equilíbrio do que se quer e também do objetivo habitacional, que também que se pretende para a zona, para a fixação dos mais jovens. Esperava que realmente essa revisão possa trazer benefício para a freguesia. Restava esperar as verbas disponíveis para os contratos interadministrativos, para a freguesia de Fanhões para enriquecerem e para poderem trazer mais benefício para a população e por conseguinte também para o concelho. -----

- Ricardo Jorge Monteiro Lima (Presidente Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela), começou por congratular o Executivo Municipal por continuar uma política que atende às expectativas da população, realçando que o orçamento não é apenas uma questão de adjetivos, embora certamente os tenha. Estranhou que, se o documento tivesse muitas páginas, não contivesse adjetivos, mas destacou que inclui, essencialmente, tudo o que faltou durante os oito anos de gestão da CDU: visão, estratégia e planeamento. -----

Mencionou que essa visão e planeamento foram a base do trabalho realizado no mandato anterior, que foi aprovado pela esmagadora maioria da população do concelho de Loures em outubro do ano passado. Considerava estranho que houvesse uma mudança de rumo em relação ao trabalho que obteve essa aprovação clara e inequívoca.

Referiu que na democracia, quem vence deve saber fazer a leitura dos resultados, assim como quem perde.-----

Acrescentou que a responsabilidade atual é ainda maior, pois uma maioria absoluta não se resume a um voto de confiança, mas implica uma responsabilidade acrescida. Seria uma falta de respeito não continuar o trabalho feito no mandato anterior. Afirmou que o que irão fazer no atual mandato será exatamente o que já foi realizado anteriormente, continuando a implementação de um orçamento que possui visão, estratégia e planeamento para um período de quatro anos. -----

Deu nota que, a não ser que algumas bancadas tenham contas diferentes, o mandato autárquico durava quatro anos. Recordou que, no primeiro orçamento do mandato anterior, o orçamento tinha uma visão clara para esse período. Reiterou a importância de continuar a recuperação da má memória, da estagnação imposta pelos oito anos de gestão da CDU, considerando essa fase desastrosa. Concluiu dizendo que, entre o ruído de quem pouco conhece o território e o trabalho, escolheram o trabalho e decidiram continuar a avançar.-----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), afirmou que não vislumbravam com clareza qual era a situação em relação à existência de verbas para a opção gestionária dos trabalhadores. Referiu que, no ano anterior, a situação já havia sido complicada e que ainda havia questões por regularizar. Destacou que a opção gestionária é um direito dos trabalhadores, embora seja uma decisão da gestão. Mencionou que os trabalhadores têm salários bastante baixos e que essa opção é, de facto, uma possibilidade de contribuir para a alteração dessa situação. Expressou que gostariam de ver essa questão clarificada. -----

Além disso, comentou sobre a ideia de que quem vence nunca vence tudo e disse que essa noção de que a maioria absoluta, reforçada, significa que quem vence tudo é equivocada. Realçou que, em democracia, quem vence realmente não vence tudo, pois, mesmo com a maioria absoluta, tem apenas a menor minoria ao seu lado.-----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), questionou a Mesa se iam ter o método que era a resposta da Câmara e depois uma segunda ronda de perguntas ou se eventualmente colocavam as questões todas. -----

- Ricardo Jorge Monteiro Lima (Presidente Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscovide e Portela), afirmou que concorda com a senhora eleita Fátima Amaral, por incrível que pareça. Reconheceu que quem vence não vence tudo e concordou plenamente, afirmando que isso é a essência da democracia. Explicou que, quando os resultados eleitorais acontecem e as pessoas vão às urnas, depositam uma mensagem, realçando que cada partido fará a interpretação que considerar mais conveniente sobre

a confiança que a população depositou neles. Destacou a importância do respeito à confiança depositada pela esmagadora maioria da população e deu nota que, embora não estivesse a dizer algo diferente do que havia afirmado anteriormente, talvez não tivesse sido interpretado corretamente. Mencionou que isso tem sido um problema recente da CDU em diversos contextos. Afirmou que cabe a cada partido avaliar os resultados e, com base nessa avaliação, adotar o comportamento adequado no exercício de suas funções, realçando que tanto quem vence, quanto quem não vence possui essa responsabilidade. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para prestar esclarecimentos às questões levantadas. -----

- O Presidente da Câmara Municipal de Loures, começou por agradecer as questões colocadas e afirmou que pretendia esclarecer desde logo a pergunta feita pela deputada municipal Rita Sarrico, do Bloco de Esquerda. Referiu que a deputada municipal demonstrara preocupação pelo facto de na anterior reunião de câmara, não ter intervindo sobre a habitação social. Explicou que, no município, a habitação social é encarada duma forma muito clara e que a resposta municipal tem seguido uma determinada linha de atuação. Afirmou que, no passado, o Bloco de Esquerda e a CDU tinham estado muito associados à tolerância relativamente às construções ilegais no município, enquanto outros partidos, que fez questão de identificar como tendo atuado com frontalidade, tinham estado ao lado do executivo no combate a essas construções. Disse recordar-se bem de ter defendido, anteriormente, a mesma posição que agora reiterava. -----

Esclareceu que a resposta ao núcleo de barracas identificado na Estratégia Local de Habitação seria dada através do PRR, prevendo-se que, entre junho e julho, fossem entregues as chaves de quase trezentos fogos destinados a resolver vários desses núcleos. Acrescentou que os restantes casos seriam solucionados através de uma boa gestão do parque habitacional, algo que, não teria acontecido durante os mandatos da CDU. -----

Indicou que ainda existiam cerca de dez por cento de incumpridores no parque habitacional municipal e que estavam em curso processos de resolução de contratos, defendendo que essas pessoas teriam de abandonar as habitações por não cumprirem as regras, não responderem à Câmara durante três anos e existirem provas de ocupações ilegais, alugueres e subalugueres. Mencionou que acreditava que nem o Bloco de Esquerda concordaria com tais práticas. -----

Sublinhou que, com base nessa gestão rigorosa, seria possível dar resposta aos restantes casos. Reconheceu também que era necessário responder às necessidades da classe

média e dos jovens, algo que, durante muitos anos não tinha sido contemplado pelas políticas públicas de habitação.-----

Referiu ainda que aquele era apenas o início do mandato e que ainda restavam três anos de trabalho pela frente. Comentou que alguns desejariam que o mandato terminasse já, mas afirmou estar convicto de que, mesmo assim, venceriam novamente as eleições, por continuarem a merecer a confiança da população. Acrescentou que, para desagrado do Bloco de Esquerda e de outros, o executivo ainda teria três exercícios financeiros para apresentar à câmara, lembrando que um mandato deve ser avaliado ao fim dos quatro anos e não apenas pelo primeiro exercício. -----

Reafirmou que o executivo assumia o compromisso de apostar fortemente nas respostas habitacionais dirigidas à classe média e aos jovens. Disse ter criado uma equipa de trabalho para apresentar soluções a curto prazo, ter identificado terrenos municipais e pretender construir habitação T1 e T2 destinada ao arrendamento a preços acessíveis para jovens e famílias de classe média, sublinhando que não se tratava de habitação para venda, mas sim para arrendamento a valores comportáveis. -----

Relativamente à pergunta colocada pelo Chega sobre a realização de empréstimos, já tivera oportunidade de responder em reunião de câmara e reiterou que sim, o município iria avançar com empréstimos. Explicou que a intenção era pedir, ainda durante aquele ano, a maioria dos empréstimos necessários para todo o mandato, de forma a evitar surpresas futuras, incluindo no que dizia respeito à habitação. -----

Esclareceu que o objetivo era apresentar à Assembleia Municipal uma proposta que permitisse não sobrecarregar o serviço da dívida da Câmara, uma vez que o empréstimo seria suportado pelas rendas pagas pelos jovens e pela classe média. Informou que as tipologias previstas seriam T1 e T2, excluindo T3 e T4, e justificou essa opção com o facto de ser necessário proceder a avaliações de cinco em cinco anos, dado que o propósito do programa era promover a emancipação dos jovens e não garantir habitação vitalícia. Acrescentou que, à medida que os jovens progredissem profissionalmente e melhorassem os seus rendimentos, poderiam aceder ao mercado habitacional normal, libertando assim vagas para outros jovens. -----

Relativamente à educação, reconheceu que a deputada municipal tinha razão ao recordar que sempre defendera a gratuitidade das refeições escolares. Disse que esse compromisso estava assumido e que já tinham sido dados passos concretos: naquele ano, todo o escalão B, em todos os graus de ensino, deixara de pagar refeições escolares. Acrescentou que o objetivo era, ao longo do mandato, alargar a gratuitidade ao escalão C, de forma a concluir o mandato com o compromisso cumprido de garantir que nenhuma criança pagaria refeições escolares, independentemente do rendimento familiar. Justificou essa medida afirmando que o atual sistema de escalões era injusto, uma vez que o escalão C incluía famílias que, ganhando cerca de mil e duzentos euros,

eram tratadas como se fossem “ricas”, o que considerou desajustado. Por isso, defendeu que era justo que também essas famílias fossem abrangidas pela gratuidade. -----

Reconheceu ainda que o Bloco de Esquerda tinha colocado aquele tema várias vezes em reuniões da Assembleia Municipal e afirmou ter analisado o programa e as propostas apresentadas por esse partido, concluindo que mais de 90% delas estavam em curso. Agradeceu, por isso, as propostas apresentadas.-----

Quanto ao centro cultural, esclareceu que o executivo estava focado na construção de um pavilhão multiusos, que serviria tanto para atividades culturais como para eventos, certames e iniciativas desportivas. Considerou que, face ao volume de investimento necessário para um centro cultural tradicional, era mais eficaz apostar numa infraestrutura versátil, capaz de acolher grandes eventos de diferentes naturezas. Reforçou que essa era a aposta e o foco do executivo. -----

Referiu-se às intervenções que tinham sido feitas sobre o esforço financeiro associado aos empréstimos bancários e ao serviço da dívida. Explicou que, em 2025, o município tinha registado um serviço da dívida na ordem dos 9,4 milhões de euros e que, para 2026, esse valor seria de 7,4 milhões, representando uma redução de cerca de dois milhões de euros. Justificou essa diminuição com a amortização de vários empréstimos, nomeadamente relacionados com habitação, o que permitira aliviar o esforço financeiro face ao ano anterior. -----

Relativamente ao aumento da despesa com pessoal, esclareceu que esse crescimento não resultava do aumento do número de trabalhadores, mas sim da atualização do salário mínimo e das progressões nas carreiras. Afirmou que não valia a pena especular sobre outras razões e acrescentou que, comparativamente com outros municípios de dimensão semelhante, a despesa com pessoal representava apenas 26% do orçamento, quando a média rondava os 40%. Considerou, por isso, que a despesa estava controlada, apesar dos aumentos decorrentes de medidas que classificou como justas. -----

Sobre o aumento das transferências correntes, explicou que esse se devia à alteração introduzida pelo Governo na forma de compensação da isenção do IMT Jovem. Indicou que, anteriormente, essa receita chegava às câmaras através dos impostos diretos, mas que, com a nova medida, passara a ser transferida como transferência corrente, conforme previsto na lei. Referiu que, só naquele ano, o município recebera três milhões de euros por essa via, valor que considerou positivo por representar um benefício direto para os jovens abrangidos pela isenção. Acrescentou que já tinha comunicado ao ministro Castro Almeida a importância de os municípios terem acesso à informação sobre as zonas do concelho onde a isenção se aplicava, para melhor definirem políticas públicas. Esclareceu que essa forma de transferência estava a ser aplicada pela primeira vez e que, no ano anterior, não tinha sido feita desta maneira. -----

Quanto à derrama, afirmou que a sua evolução estava alinhada com a estratégia do município e com a preocupação em apoiar as empresas já instaladas e os investidores

que pretendiam fixar-se no concelho. Destacou o trabalho desenvolvido para que as grandes empresas passassem a localizar as suas sedes sociais no município, uma vez que esse fator continuava a ser determinante no cálculo da derrama, apesar das alterações recentes à fórmula de cálculo. Referiu que esse era um problema que também afetava municípios como Vila Franca de Xira e Sintra, mas que a prioridade era resolver a situação local. Explicou que existiam empresas com armazéns e trabalhadores no concelho, mas cuja sede social permanecia em Lisboa, o que reduzia a receita municipal. Acrescentou que, embora a nova fórmula considerasse o espaço ocupado e o número de trabalhadores, a localização da sede continuava a ter grande peso. Sublinhou ainda que o setor logístico do concelho era muito forte e que o desgaste das vias e passeios provocado pelo tráfego pesado exigia investimento municipal, sendo a derrama uma das fontes de financiamento para essas intervenções.-----

Afirmou que era injusto que municípios onde se concentrava a laboração das empresas, com trabalhadores, armazéns e atividade económica, recebessem menos derrama do que outros, onde apenas se localizavam as sedes sociais. Explicou que, por essa razão, o executivo tinha feito um esforço significativo para atrair sedes sociais de várias empresas nacionais para o concelho. -----

Dirigindo-se ao deputado municipal do PSD, referiu que não resistia a responder com a mesma ironia utilizada pelo deputado municipal. Afirmou que o PSD saiu do executivo porque quis e que isso devia ser dito com frontalidade. Recordou que tinha proposto um pelouro ao vereador Nelson Batista, que ele não aceitou por razões que considerou óbvias. Reconheceu que a parceria com o PSD no mandato anterior tinha sido excelente, mas rejeitou a ideia de que o PSD fosse responsável por tudo o que tinha sido feito. Sublinhou que, do ponto de vista financeiro, era ele quem detinha as finanças e continuava a detê-las, tal como acontecia com as obras municipais e os investimentos. Afirmou que, no final do mandato, dentro de três anos, haveria oportunidade de avaliar o que tinha sido feito. Reforçou que o PSD não estava no executivo por vontade própria e que isso devia ser assumido. -----

Relativamente à questão do alegado défice orçamental, afirmou que défices orçamentais não existiam, uma vez que os orçamentos tinham de ser equilibrados por regra legal. Explicou que poderia haver défices nas demonstrações de resultados, mas não no orçamento. Disse que o orçamento estava equilibrado, como tinha de estar, e que não percebia de onde vinha a acusação de défice. Acrescentou que, no ano anterior, quando o PSD ainda integrava o executivo, a receita de capital era de 140 milhões de euros e a despesa de capital de 156 milhões, ou seja, também havia mais despesa do que receita, tal como acontecia no momento. Defendeu que os dados deviam ser analisados com rigor antes de se fazerem afirmações que poderiam ser problemáticas. Sobre a acusação de que a saída do PSD teria levado ao aumento da rubrica de venda de bens e serviços, respondeu que o orçamento previa 12,6 milhões de euros nessa

categoria. Recordou que, em 2023, quando o PSD ainda estava no executivo, estavam orçamentados 13,5 milhões, mais um milhão do que presentemente, e que, em 2024, a previsão era de 14,4 milhões, também superior ao valor atual. Concluiu que as críticas não eram coerentes com os dados e que a bota não batia com a perdigota.-----

Quanto ao IMI, respondeu à crítica de que o PS, atualmente sozinho na Câmara, teria descido pouco o imposto. Afirmou que a descida tinha sido feita na mesma proporção que quando o PSD integrava o executivo e que, nessa altura, não tinha ouvido qualquer contestação por parte do PSD. Considerou, novamente, que a crítica não era coerente e não batia a bota com a perdigota. -----

Abordou a questão das outras receitas correntes, explicando que o aumento registado se devia ao facto de as previsões de arrecadação estarem cada vez mais rigorosas e alinhadas com a média dos últimos 24 meses, que estava a ser cumprida. Acrescentou que existiam dados relativos a execuções fiscais e contraordenações que o município previa vencer e que, por isso, tinham de estar refletidos no orçamento. Afirmou que o executivo tinha apostado fortemente no cumprimento das execuções fiscais e das contraordenações, o que justificava parte do aumento.-----

Referiu também que outra componente significativa do crescimento das receitas correntes resultava das AUGI, explicando que, através do empréstimo bancário realizado, a Câmara assumira a reconversão de vários bairros, retirando esse encargo imediato aos moradores. Esclareceu que, para legalizarem as suas casas, os proprietários continuariam a pagar, o que gerava receita municipal. Considerou que esse processo tinha sido positivo tanto para os moradores como para o município. -----

Dirigindo-se ao deputado municipal da CDU, reconheceu que, no mandato anterior, não tinha sido possível cumprir o compromisso relativo às portagens, mas afirmou que o iria cumprir naquele mandato. Disse que o deputado municipal certamente voltaria a colocar a questão e que, nessa altura, teria uma resposta diferente. -----

Sobre a rua Avelar Brotero, explicou que a sua execução dependia do calendário das obras do metro. Afirmou que teria uma reunião no dia 6 de fevereiro com o ministro Pinto de Luz para definir os prazos de lançamento da obra. Disse que não fazia sentido avançar com a intervenção na rua ao mesmo tempo que decorressem obras do metro na mesma zona, pois isso tornaria Loures intransitável. Por isso, só após conhecer o plano de obra, se começaria por uma ponta, pelas duas ou se cruzaria a meio, poderia avançar com a intervenção municipal. -----

Relativamente à Escola Básica da Apelação, informou que o concurso anterior ficou deserto e que, por isso, seria lançado um novo concurso no próximo mês, com o valor base ajustado. Garantiu que a obra seria uma realidade. -----

Sobre os contratos e asfaltamentos, referiu que o vereador Nuno Dias detalharia posteriormente a matéria, mas reiterou que os asfaltamentos continuavam a ser uma prioridade. Reconheceu que as vias não estavam no estado desejado e afirmou que, tal

como no mandato anterior, seria lançado um grande concurso público para intervenções anuais, ouvindo as juntas de freguesia para identificar as vias em pior estado. Acrescentou que, no primeiro trimestre, teria uma reunião com todos os presidentes de junta para organizar e calendarizar o trabalho das máquinas municipais por administração direta, evitando deslocações desordenadas e garantindo previsibilidade. Explicou que, salvo situações de emergência, seria possível indicar, por exemplo, quando as máquinas estariam em Fanhões ou noutras freguesias, permitindo uma atuação mais eficaz.-----

Sobre o parque municipal do Cabeço de Montachique, informou que as obras de requalificação começariam em março, incluindo a recuperação dos edifícios existentes e a criação de uma mini-ETAR devido à necessidade de uma nova fossa.-----

Por fim, abordou a questão das transferências para as juntas de freguesia, afirmando que não via onde estivesse a ocorrer uma diminuição. Relembrou que já tinha referido, na sua primeira intervenção, que as transferências iriam aumentar. Aproveitou para agradecer o trabalho das juntas na resolução rápida de muitos problemas que afetam a vida das populações. -----

- Rita Lage Sarrico (BE), solicitou defesa de honra.-----

- A Presidente da Assembleia Municipal, afirmou que a senhora deputada municipal Rita Sarrico já havia feito sinal e uma vez que a defesa da honra tem preferência sobre as restantes intervenções, questionou qual é que foi a expressão ou a palavra que suscitou a defesa da honra, tendo depois os minutos regimentais para o efeito. -----

- Rita Lage Sarrico (BE), referiu que o senhor Presidente afirmou que o Bloco de Esquerda foi aliado na construção ilegal em Loures e expressou dúvidas sobre se o partido compactuava com ilegalidades na gestão do parque habitacional municipal. -----

Em resposta, esclareceu que, em nenhum momento, o partido compactuou ou teve qualquer posição que indicasse apoio à construção ilegal no concelho, nem a ilegalidades na gestão do parque habitacional. Destacou que, durante o mandato passado, foi a única representante do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal e que, ao longo desse tempo, não adotou posições que pudessem ser interpretadas como apoio a construções ilegais. Mencionou que sempre defendeu o direito à habitação e que não compactuaria com a ideia de deixar pessoas em situação de rua, algo que acreditava que todos podiam concordar.-----

Por fim, considerou que afirmar que o Bloco de Esquerda compactuou com ilegalidades ultrapassa os limites do bom debate que se deveria ter. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu a intervenção da deputada municipal, referindo que ficou clarificada a sua posição. -----
De imediato, deu a palavra à senhora Vice-Presidente Sónia Paixão. -----

- A Vice-Presidente da Câmara Municipal, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, referiu que, no que dizia respeito à habitação, o presidente da Câmara já tinha prestado todos os esclarecimentos necessários sobre as apostas do município, mas reforçou um ponto levantado pelo deputado municipal Luís Direitinho relativamente à gestão eficaz do parque habitacional. Explicou que essa tinha sido uma das grandes prioridades do executivo e que, graças ao esforço do Departamento de Habitação e ao entendimento construído sobre essa matéria, tinha sido possível reduzir a taxa de incumprimento de 55% para 12,1%. Acrescentou que o município continuava a trabalhar nas várias soluções habitacionais previstas. -----

Relativamente à área da saúde, respondeu à questão colocada pelo mesmo deputado municipal sobre a ausência de propostas para captação de médicos no orçamento. Informou que existia, de facto, um programa previsto, que seria implementado em breve e que estava a ser desenvolvido em articulação com as duas unidades locais de saúde. Explicou que se tratava da *Via Verde Loures Saúde*, um programa destinado a dar resposta a utentes sem médico de família e com doenças crónicas, e que o município estava disponível para assumir todos os encargos necessários para suprir essa necessidade. Acrescentou ainda que o *Festival da Saúde* iria para a sua quarta edição, recordando que o projeto tinha sido iniciado no mandato anterior pelo atual executivo e que incluía ações de educação e promoção para a saúde, rastreios, workshops e atividades desportivas, tendo já sido realizado em conjunto com o *Festival da Saúde e do Desporto*. -----

Relativamente à questão colocada pelo presidente de Junta de Freguesia, Jorge Simões, sobre a construção de habitação em Montachique, afirmou que o assunto continuava em análise e que tinha sido objeto de candidatura ao PRR. Recordou que o executivo municipal tinha apresentado candidaturas no valor de 128 milhões de euros, das quais 72 foram aprovadas. As restantes, apesar de não aprovadas, continuavam inscritas em orçamento, aguardando que outras soluções pudessem ser encontradas. -----

Sobre as referências relativas aos equipamentos desportivos, informou que estava a ser elaborada a Carta Desportiva, instrumento que permitiria projetar, a médio e longo prazo, as infraestruturas desportivas necessárias no concelho. Explicou que a priorização dessas infraestruturas tinha sido feita em função da procura desportiva, privilegiando as zonas com maior densidade de prática. -----

No que respeita aos recursos humanos, abordou duas questões. Em primeiro lugar, respondeu novamente ao deputado municipal Luís Direitinho, afirmando que o município tinha o seu mapa de pessoal bastante controlado. Indicou que, no balanço do

último mandato autárquico, o aumento tinha sido de apenas cinquenta trabalhadores, número que considerou reduzido face a um universo superior a três mil funcionários. Em segundo lugar, referiu que o orçamento apresentava um aumento da massa salarial, tendência que se verificava nos últimos anos. Esclareceu que, dos 85 milhões de euros previstos, cerca de 21 milhões correspondiam a valores provenientes do processo de descentralização de competências nas áreas da educação, ação social e saúde, montante que deveria ser subtraído ao total para uma leitura correta. Acrescentou que, do incremento de dez milhões de euros, cerca de sete milhões e meio diziam respeito ao aumento da massa salarial e aos encargos da entidade patronal, devendo esses valores ser analisados nas suas duas componentes. -----

Explicou que a componente de aumento salarial dos trabalhadores incluía não apenas a atualização das remunerações, mas também os encargos suportados pela entidade empregadora. Esclareceu que estavam previstos, para 2026, dois milhões de euros destinados às alterações de posicionamento remuneratório, mais de um milhão e meio para alterações obrigatórias, mil euros para a opção gestionária e, ainda dentro do total de dez milhões de euros, valores relativos a trabalho suplementar e subsídios de turno. Indicou que esses elementos permitiam compreender a composição global daquele montante. -----

Em resposta à deputada municipal Fátima Amaral, esclareceu a opção gestionária e a decisão tomada pelo executivo municipal. Informou que a verba prevista no orçamento de 2026, cerca de quatrocentos mil euros, se destinava exclusivamente à conclusão do ciclo avaliativo de 2023/2024, não estando prevista a aplicação da opção gestionária para o ciclo de 2025. Justificou essa decisão com várias premissas: a alteração do SIADAP para um modelo anual, a redução dos pontos necessários para progressão de dez para oito, o aumento das quotas de “muito bom” e “bom” e o facto de o diploma relativo à avaliação de desempenho estar a ser revisto, conforme noticiado recentemente. -----

Partilhou ainda que, no último mandato autárquico, 619 trabalhadores tinham alterado o seu posicionamento remuneratório através da opção gestionária, enquanto 881 o tinham feito por via de alteração obrigatória apenas no ano de 2025, totalizando 1.142 trabalhadores. Explicou que a opção do executivo assentava nesses elementos e na necessidade de aguardar o novo enquadramento legal, garantindo, contudo, que o objetivo continuava a ser valorizar quem se destacava em termos de desempenho. Sublinhou que a esmagadora maioria dos trabalhadores com avaliações de “muito bom” e “bom” tinha visto a sua posição remuneratória alterada e que tudo permanecia alinhado com a gestão rigorosa que o município vinha adotando nesse domínio. -----

- O Presidente da Câmara Municipal, respondeu ao deputado municipal do PSD sobre duas questões no seu entender importantes. Relativamente à bacia de retenção, explicou que já tinha referido em reunião de câmara que, no mês seguinte, haveria uma

apresentação pública do projeto e que a obra estava pronta para avançar. Acrescentou que existia financiamento garantido pela Agência Portuguesa do Ambiente e que, dada a dimensão do projeto, a população teria oportunidade de conhecer publicamente a intervenção prevista. Indicou que se tratava de uma zona baixa e contínua à estrada nacional, onde seria criada uma bacia de retenção para mitigar as cheias, reforçando que o processo estava em marcha. -----

Sobre o balcão das finanças em Sacavém, esclareceu que estava prevista uma intervenção superior a meio milhão de euros para que o serviço regressasse ao estado que deveria ter mantido ao longo dos anos, uma vez que tinha sido desmantelado progressivamente. Referiu que a repartição de finanças instalada na zona da EXPO, frente ao Campus da Justiça, pertencia originalmente ao município e que, por isso, regressaria ao local onde sempre deveria ter estado: Sacavém. Explicou que o atendimento continuaria no piso inferior, que seria reforçado com outros serviços, e que no piso superior ficariam os vinte e sete trabalhadores da Autoridade Tributária que seriam transferidos. Lamentou que fosse novamente o município de Loures a suportar o custo da intervenção, quando essa responsabilidade caberia ao Ministério das Finanças, mas afirmou que a obra era necessária para evitar o desmantelamento total do serviço em Sacavém. Informou ainda que o protocolo com a Autoridade Tributária estava estabelecido e que a obra avançaria o mais rapidamente possível, ainda no presente ano. -----

- O Vereador Nuno Ricardo Conceição Dias, em resposta à deputada municipal Rita Sarrico, afirmou que, relativamente ao plano de ação climática, a maior demonstração de respeito institucional era aguardar pela eleição da comissão competente para apresentar o documento em primeira instância, documento esse ao qual, segundo referiu, já teria havido acesso, uma vez que tinha estado inscrito para deliberação. Esclareceu que existia verba alocada à ação climática de forma transversal à Câmara Municipal, uma vez que várias ações planeadas se enquadravam na estratégia de adaptação às alterações climáticas. Recordou o exemplo da bacia de retenção em Santo António dos Cavaleiros e mencionou também a conduta da APR, destinada ao fornecimento de água reutilizada ao novo campo municipal do Infantado, como outra medida integrada no plano. Sublinhou que existia um conjunto de iniciativas distribuídas por toda a orgânica municipal e que todas faziam parte de um documento concebido para ser transversal à gestão do município.-----

Agradeceu as intervenções dos presidentes de junta de freguesia, Jorge Simões e José Júlio, e acrescentou uma nota sobre os contratos interadministrativos. Explicou que o valor inscrito para esses contratos ainda não correspondia a uma definição concreta do tipo de contratos que viriam a existir, dando como exemplo que desse montante sairia, por exemplo, a iluminação de Natal, que seria financiada através do apoio às juntas de

freguesia. Reforçou que a rubrica existia por precaução, enquanto não fossem definidos os contratos específicos, para além dos que já estavam em vigor e que tinham sido deliberados anteriormente para execução de tarefas já estabelecidas com as juntas de freguesia.-----

Por fim, esclareceu que a via de ligação entre a entrada de Á-das-Lebres e a rotunda das Oliveiras não estava planeada para 2026. Justificou que o projeto, embora concluído, tinha estado em revisão e estava a ser adaptado a condicionantes impostas pela Infraestruturas de Portugal (IP). Afirmou que a obra só poderia avançar em 2027, uma vez que ainda não reunia condições para ser lançada.-----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), referiu que havia alguns aspetos adicionais que não tinha referido inicialmente e que considerava relevantes trazer à discussão. Começou por abordar a questão do centro cultural, referindo que a ausência de uma perspetiva clara para esse equipamento era preocupante. Recordou que o presidente da Câmara já tinha indicado que a opção do executivo seria a criação de um espaço multiusos, mas considerou que essa escolha revelava falta de visão, uma vez que nenhum equipamento multiusos poderia substituir ou englobar as funções próprias de um centro cultural.-----

Explicou que, na sua perspetiva, um centro cultural constituiria um fator distintivo e de atração no contexto da Área Metropolitana, permitindo qualificar a oferta cultural do concelho através de um equipamento de excelência. Acrescentou que tinha plena consciência dos custos e da exigência associados ao projeto, bem como do facto de não se tratar de uma obra para concluir num único mandato, mas sim de um investimento a desenvolver ao longo de vários anos. Sublinhou que, caso essa opção fosse definitivamente afastada, Loures seria o único entre os seis maiores municípios do país a abdicar de um centro cultural com todas as valências necessárias para acolher diversas expressões artísticas e garantir uma oferta cultural de qualidade.-----

Referiu outra falha que, no seu entender, o orçamento apresentava: a ausência de um novo centro de recolha oficial de animais. Explicou que o CROAL, construído nos anos 90, tinha sido adequado para a realidade legal e operacional da época, mas que já não respondia às exigências atuais. Recordou que, perante as alterações legislativas recentes relativas ao controlo e tratamento de animais errantes, o município tinha criado respostas emergentes, como a instalação de uma sala de cirurgia e o reforço de meios operacionais, mas que continuava a faltar uma infraestrutura moderna e devidamente preparada. Considerou, por isso, uma lacuna grave que o orçamento não contemplasse essa necessidade. -----

Abordou também a questão da rede de parques verdes do concelho. Recordou que, ao longo de vários anos, essa rede tinha sido alargada, mas que nem no mandato anterior nem no orçamento atual existia previsão para continuar esse caminho. Defendeu que

seria fundamental definir uma estratégia de expansão, sobretudo porque existiam zonas consolidadas do território com grandes carências. Exemplificou com a freguesia de Camarate, que, apesar de ter condições e necessidade evidente, não dispunha de novos espaços verdes, ao contrário do investimento realizado no Catujal, na freguesia de Unhos. -----

Acrescentou que havia ainda alguns aspetos que não tinha referido inicialmente e que considerava relevantes. Começou por mencionar o Palácio de Valflores e o edifício 4 de Outubro. Relativamente ao Palácio de Valflores, afirmou que o investimento iniciado tinha sido importante para salvaguardar aquele património, mas lembrou que, ao longo do mandato anterior, tinham sido colocadas várias questões sobre a definição do futuro daquele espaço, sem que existisse, até ao momento, um horizonte claro. -----

Sobre o edifício 4 de Outubro, referiu que se tratava de outra peça relevante, sobretudo tendo em conta a importância atribuída ao turismo. Contudo, não se sentia particularmente sensibilizado com as taxas de ocupação das unidades hoteleiras do concelho como indicador de dinamismo turístico, uma vez que grande parte dessa ocupação resultava de visitantes que procuravam alojamento mais económico nos arredores de Lisboa, sem consumir a oferta turística local. Considerou que seria possível inverter essa tendência, mas que, para isso, seria necessário apostar na valorização dos elementos únicos do concelho, muitos dos quais continuavam sem utilização, reabilitação ou projeção adequadas. -----

Passou depois à questão do pavilhão desportivo de Fanhões, afirmando que a falta desse equipamento continuava a constituir um problema sério para a prática desportiva de várias camadas da população. -----

Referiu também a situação das vias, destacando o investimento previsto para Bucelas, mas lembrando que esse investimento dependia da intervenção do Governo na construção da variante de Bucelas. Considerou que essa via era uma prioridade absoluta, uma vez que o desenvolvimento daquela região não poderia ser perspetivado sem essa infraestrutura. Acrescentou que a variante era igualmente essencial para permitir a requalificação do centro da vila de Bucelas, algo que era impossível enquanto o local continuasse a funcionar como entroncamento de duas estradas nacionais. -----

Relativamente à habitação pública, disse que, na sua perspetiva, o alargamento do parque habitacional público, tanto no concelho como no país, deveria dar uma resposta transversal a todas as camadas da população. Considerou que um dos erros históricos das políticas de habitação pública, cometido por sucessivos governos, tinha sido restringir esse tipo de habitação às situações de emergência social, ou seja, apenas àqueles que, de forma alguma, conseguiriam aceder ao mercado habitacional sem uma renda apoiada. Acrescentou que essa não era a perspetiva dos países europeus mais desenvolvidos, como a Holanda, a Bélgica, a Alemanha ou a Áustria, onde a habitação pública era acessível e procurada por todos os escalões de rendimento, facilitando a

mobilidade das pessoas, a mudança de emprego e a experimentação de novos projetos de vida. Considerou que Portugal tinha ficado preso a uma visão demasiado limitada da função da habitação pública. -----

Reconheceu que a alteração dessa política era positiva, mas defendeu que não deveria ser apresentada de forma antagonizada, como se responder a um grupo implicasse deixar de responder a outro. Relacionou essa observação com a resposta dada pela Vice-Presidente ao presidente da Junta de Freguesia de Fanhões, sublinhando que continuavam a existir instrumentos capazes de alavancar o investimento em habitação pública naquela freguesia. Recordou que, apesar do fim do PRR, permaneciam mecanismos como o programa Primeiro Direito, a possibilidade de recorrer a empréstimos do Banco Europeu de Investimento e outras formas de financiamento. Admitiu que dificilmente haveria, nos próximos anos, financiamento a 100% a fundo perdido, mas considerou que isso não deveria ser motivo para paralisar projetos de renda apoiada. -----

Afirmou que, se a Câmara estivesse à espera de um novo modelo de financiamento integralmente a fundo perdido para avançar com habitação pública de renda apoiada, então estaria, na prática, a admitir que essa resposta dificilmente seria concretizada num horizonte previsível, uma vez que as circunstâncias excecionais que permitiram o PRR dificilmente se repetiriam e, acrescentou, nem seria desejável que se repetissem, dado terem resultado de uma crise pandémica. Defendeu que, na definição das políticas de habitação, deveria existir equilíbrio e que não se deveriam antagonizar soluções em função das camadas populacionais. Sublinhou que existiam jovens que só poderiam aceder à habitação através de renda apoiada e que, quando se falava em apoiar jovens, era necessário reconhecer que havia jovens de todos os estratos económicos. Acrescentou que muitos jovens viviam em agregados familiares que ocupavam habitação pública municipal e que essa solução tinha sido fundamental para lhes proporcionar estabilidade e oportunidades, permitindo que, em alguns casos, já não necessitassem da mesma resposta na idade adulta. Considerava, por isso, que a abordagem não deveria ser compartimentada. -----

Por fim, dirigiu-se ao presidente da Junta de Freguesia de Moscavide, afirmando que, por norma, não respondia às suas intervenções, mesmo quando lhe eram dirigidas, e que manteria essa postura relativamente ao que tinha sido dito. Comentou, contudo, que o grau de autoconvencimento demonstrado lhe recordava a última ocasião em que o tinha visto tão seguro de si, momento que antecederia a passagem de uma maioria absoluta para uma derrota eleitoral. Advertiu que a maioria absoluta atual não deveria ser encarada como um selo de qualidade inquestionável e apelou à humildade e objetividade, qualidades que ficavam bem a todos. -----

- Rita Lage Sarrico (BE), mencionou que não estava a contar fazer uma segunda intervenção, mas que tinha ocorrido uma situação que considerou interessante e que a levou a pedir novamente a palavra. Explicou que, enquanto o executivo lhe respondia, parecia fazê-lo como se ela tivesse atacado medidas que, na sua intervenção anterior, tinha elogiado. Acrescentou que, ao mesmo tempo, ouvia apartes de outro partido a dizer que, na sua intervenção, tinha sido demasiado “fofinha” e dócil para com o executivo. Referiu que, assim, parecia ter conseguido ser simultaneamente agressiva, atacante, fofinha e dócil, concluindo que, naquele contexto, não havia forma de agradar a todos. Afirmou que não lhe importava que a considerassem fofinha ou agressiva, exceto para as pessoas com quem tinha uma relação de amizade, mas que naquele contexto isso não era relevante. Sublinhou que o que lhe importava era a responsabilidade que tinha naquele espaço e as responsabilidades que assumira ao ser eleita. -----

Esclareceu que pretendia esclarecer alguns pontos, nomeadamente sobre a questão dos alegados aliados de construções ilegais. Recordou que já tinha respondido na sua defesa de honra sobre as refeições escolares e que o Presidente tinha referido, corretamente, que o Bloco de Esquerda tinha sido bastante interventivo nesse assunto. Acrescentou que, na sua intervenção, tinha congratulado a Câmara pela medida e que, por isso, considerava que ambos tinham dito exatamente o mesmo. Dirigindo-se ao vereador Nuno Dias, afirmou que aquilo que ele lhe tinha respondido correspondia ao que ela própria já tinha dito na sua intervenção. Esclareceu que não conhecia o documento em causa e que, mesmo quando esse esteve para vir à Assembleia Municipal, não tinha sido disponibilizado na plataforma dos deputados municipais. Por essa razão, afirmou não ter tido acesso ao documento e não saber o que nele constava. Indicou que o sentido de voto e a intervenção que faria seriam baseados na informação que estava a ser apresentada naquele momento. -----

Afirmou também que não tinha dito que não existia verba alocada ao plano municipal para as alterações climáticas nem à transição climática. Pelo contrário, reconheceu que havia várias medidas de manutenção e de resposta a problemas imediatos com as quais concordavam, mas que, não conhecendo o documento do plano municipal para as alterações climáticas, o que constava no orçamento relativamente à transição climática não lhes parecia suficiente. Acrescentou que, após analisar o plano municipal para as alterações climáticas, se parecesse suficiente ao BE, o sentido de voto não seria contra. Reforçou que, com base apenas no orçamento e sem conhecer o outro documento, não podiam considerar que o previsto fosse suficiente. Concluiu dizendo que aguardavam a oportunidade de discutir o tema em sede de comissão, onde estaria presente para conhecer o documento e eventualmente apresentar propostas relacionadas com o assunto.-----

- Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), quis começar por dizer ao senhor Presidente da Câmara que, efetivamente, também foi um orgulho para o PSD trabalhar com ele, e que disso ninguém tinha dúvidas. -----

Depois, fazendo uma pequena reflexão sobre o documento, parecia-lhe importante dizer alguma coisa. Mencionou que existia claramente um equilíbrio formal, mas que a estrutura revelava um domínio da despesa corrente, o que condicionava de alguma forma a margem de investimento efetivo e sustentável. As receitas correntes assentavam maioritariamente em impostos diretos, como o IMI, IRS e derramas em transferências do Estado, o que determinava uma forte dependência de impostos municipais tradicionais e indicava uma escassa diversificação da base de receita. Referiu que não se identificavam novas fontes estruturais, nem medidas claras de dinamização económica que permitissem o crescimento endógeno da receita. No seu ponto de vista, a receita estava altamente exposta à evolução do mercado imobiliário, à conjuntura económica e às decisões do orçamento de Estado. Também destacou que a receita de capital incluía transferências de capital, vendas de bens, investimentos e outras receitas extraordinárias, e que era importante dizer que uma parte significativa do investimento previsto dependia de receitas não garantidas, nomeadamente fundos ou transferências condicionadas à execução e aprovação de candidaturas. -----

Destacou que a despesa corrente, que ascende a cerca de cento e noventa e três ponto oito milhões, deve ressaltar a despesa com o pessoal como uma das rubricas mais pesadas, além dos custos fixos de funcionamento elevados, tanto no presente quanto no futuro. O município, segundo ele, apresentava uma estrutura de custos rígidos com baixa elasticidade, e qualquer quebra de receita futura teria impacto direto na capacidade de investimento. Naquele momento, não se identificavam metas de contenção da despesa corrente, objetivos de eficiência financeira, nem avaliação de custo-benefício dos serviços municipais. -----

Mencionou que a despesa de capital, que rondava cento e vinte oito milhões de euros, à primeira vista, representava um valor relevante. Contudo, o investimento estava muito disperso por múltiplos projetos, sem uma clara hierarquização das prioridades estratégicas, e uma parte substancial dependia de financiamento externo. Assim, o investimento previsto não era integralmente sustentado por receita própria, o que fragilizava a sua execução real. O nível de investimento anunciado era ambicioso, em termos de valor, mas financeiramente condicionado.-----

Além disso, aquele documento, embora apresentasse muitos pontos positivos que foram discutidos ao longo da sessão, como o cumprimento formal do equilíbrio orçamental e a ausência de recurso excessivo a endividamento, também mostrava uma rigidez na despesa corrente, especialmente com pessoal. Assinalou uma elevada dependência das transferências e fundos externos, e a execução de investimentos dependia, por vezes, de receitas incertas, além de uma falta de mecanismos explícitos

de controlo de eficiência financeira. O orçamento era financeiramente viável a curto prazo, mas pouco resiliente a choques económicos ou cortes de transferências. -----
Em síntese, na sua opinião e naquilo que leu do documento, em termos financeiros, o orçamento estava equilibrado do ponto de vista legal e mantinha capacidade operacional corrente, mas não reduzia estruturalmente a despesa corrente, não assegurava investimentos totalmente financiados por receita própria e não demonstrava uma estratégia de eficiência de consolidação financeira a médio prazo. Realçou que, embora contabilisticamente equilibrado, o orçamento era estruturalmente pesado, com investimento dependente de fatores externos e margem financeira reduzida para enfrentar cenários adversos. Por fim, mencionou que, como são portugueses, sempre acreditam que vêm coisas boas, e, por isso, os eleitos do PSD iriam abster-se na votação do documento. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal propôs a prorrogação dos trabalhos, a qual foi aceite por unanimidade pelos presentes. -----

- Ricardo Jorge Monteiro Lima (Presidente Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela), respondeu a uma crítica feita por um deputado municipal sobre a sua abordagem ou declarações anteriores. Expressou a sua dificuldade em restringir o que deseja dizer e criticou a descontextualização das suas palavras por parte do deputado municipal. Mencionou a importância do "autoconvencimento", realçando que acredita em si mesmo e isso é benéfico tanto para a vida pessoal como para a atuação política. Afirmou que, ao discutir resultados e estratégias, é essencial considerar o compromisso assumido com a população e a mensagem que foi transmitida nas eleições. Mencionou que estão a três meses das eleições autárquicas e que estão diante do primeiro orçamento, destacou a necessidade de alinhar a estratégia do mandato com os resultados eleitorais e as expectativas da população. Essa reflexão sugere um foco em responsabilidade e transparência na gestão pública, querendo garantir que as ações do município estejam em sintonia com as necessidades e desejos dos cidadãos. -----
Reafirmou a responsabilidade que sente em relação ao mandato, destacando que a mensagem transmitida pela população nas últimas eleições foi de continuidade e confiança no trabalho realizado até então. Criticou o deputado municipal, sugerindo que não compreendeu corretamente o resultado eleitoral e, por isso, não estava disposto a aceitar a direção que o executivo municipal estava a tomar. -----
Referiu que a maioria absoluta recebida não é motivo de vergonha, mas sim de responsabilidade e compromisso em melhorar o que já foi feito. Também mencionou que, ao longo dos anos, tem acompanhado as discussões orçamentais e prometeu trazer à tona comparações com intervenções passadas, especialmente as do antigo presidente Bernardino Soares, da CDU, para ilustrar a evolução das políticas e decisões. -----

Por fim, sugeriu que pretendia comunicar essas comparações à população de forma criativa e engraçada, fazendo um vídeo que ajude as pessoas a recordar as mudanças nas abordagens orçamentais ao longo do tempo, tanto em 2015 como em 2017. Essa estratégia parece ter como objetivo não apenas esclarecer a posição do executivo, mas também envolver a comunidade na discussão sobre a gestão municipal.-----

- Armando Manuel Pedroso Militão (PPD/PSD), dirigiu-se ao senhor deputado municipal Bruno Simão, mencionando que ele foi muito franco na sua primeira intervenção, ao afirmar que preparou aquela reunião assistindo à reunião de Câmara. Disse que o deputado municipal, de facto, levantou as mesmas questões que o PSD havia levantado, questões importantes, enquanto o restante foi mais do mesmo, como já era habitual. No entanto, pediu que todos ficassem tranquilos, afirmando que entre o PSD e o PCP não havia um oceano de diferenças, mas sim dez oceanos de diferenças. -----

O segundo problema que o preocupou foi a definição de maioria absoluta apresentada pela senhora deputada municipal Fátima Amaral, que referiu que uma maioria absoluta é a menor das maiorias dos eleitores do seu lado. Considerou isso extraordinário, dando nota que autores que os eleitos da CDU admiram, como Gomes Canotilho e Vital Moreira, não definem uma maioria absoluta dessa forma. Disse que gostava de entender de onde a senhora deputada municipal havia tirado essa nova definição de maioria absoluta, destacando que está sempre disposto a aprender.-----

- Inês Falcão da Costa Morgado (PS), manifestou que gostaria de recentrar-se no assunto que estavam a tratar, o orçamento. Pese embora também ser saudável que possam à margem de ter ali discussões saudáveis, políticas, que são muito relevantes, sem prejuízo de atentarem também no já adiantado da hora. Realçou algumas das intervenções que foram tidas, a mais recente da bancada do PSD, identificando que aquele orçamento não tem prioridades. A bancada da CDU, pelo que percebeu, disse que o orçamento prioriza tudo. Aproveitou para condensar as prioridades que foram e fizeram parte do programa eleitoral do Partido Socialista e que se acham condensadas no orçamento. Quatro prioridades: educação, habitação, segurança e saúde. -----

A prioridade na educação, tem um investimento ímpar na história do concelho. No PAOD, no uso da palavra por parte da bancada da CDU, destinou-se essencialmente à União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, e ao parque escolar e desportivo dessa freguesia. Recordou a recente apresentação do projeto de qualificação da Escola Secundária de São João da Talha, um projeto tão ansiado e de um investimento de perto de quinze milhões de euros, que contempla a construção de um equipamento desportivo na escola com um custo de mais de três milhões de euros. ----

Na habitação, a par do reforço de um milhão de euros na oferta para a classe média e jovens e através de programas de arrendamento acessível, estava previsto ente mais de

trinta e cinco milhões de euros com a construção de novos focos e a reabilitação do edifício municipal. -----

Quanto à segurança, tema que ainda não foi falado, o orçamento prevê os primeiros passos para a instalação de sistemas de vídeo proteção e atribuição de seis novas viaturas à PSP, reforçando o policiamento de proximidade e contribuindo para a redução do sentimento de insegurança no concelho. -----

No que diz respeito à saúde, o orçamento contempla a construção de novos centros de saúde e a requalificação dos existentes, no investimento de dez milhões de euros, sendo preciso realçar esses valores que são muito significativos.-----

Deixou a ideia de que aquele orçamento aposta na descentralização e na dispersão territorial do investimento e isso é de facto a marca do executivo municipal e independentemente da filiação partidária dos respetivos executivos nas freguesias do concelho. O atual executivo municipal apostou em governar com seriedade, com princípios, com valores democráticos e com transparência, o que não foi sempre uma política usada por outros executivos municipais no concelho de Loures. Felizmente podiam dizer com firmeza que é uma garantia do executivo do Partido Socialista em Loures, fazer investimento em todo o território e não apenas concentrar naquele que é da sua cor. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), mencionou que acordaram que queriam chegar ao ponto dois e que isso implicaria contenção para alcançá-lo. Disseram que tinham uma declaração de voto sobre o ponto do orçamento, decidiram abrir mão da leitura da declaração e enviaram-na por escrito. Entretanto, estavam a fazer intervenções, e mencionou que tinha algumas dificuldades em entender, mas achava que essas intervenções deveriam ser feitas pelo presidente da Câmara. Terminou, dando nota que, aparentemente, parecia haver vários presidentes de câmara presentes. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, informou que ficava lavrado em ata. -----

- Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), afirmou que só queria entender, pois, eventualmente, o culpado era ele, por não se conseguir expressar bem. Mencionou que a eleita do Partido Socialista não havia compreendido o que ele disse e que não havia mais nada a acrescentar. Apenas comentou que, em relação às despesas de capital, estas rondavam os cento e vinte e oito milhões. No entanto, deu nota que o investimento estava muito disperso em múltiplos projetos e acrescentou que não existia uma hierarquização clara das prioridades. Esclareceu que não disse que não havia prioridades, mas que estas não estavam hierarquizadas, nada mais. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos aos deputados municipais. -----

- O Presidente da Câmara Municipal, esclareceu o deputado municipal Bruno Simão sobre o CROAL, destacando que o PSD sempre fez questão de avançar com aquela obra, realçando que o projeto já está pronto e que estão a aguardar o parecer da APA para prosseguir com o processo. Mencionou especificamente o Palácio ValFlores, prometendo uma solução em breve para ser apresentada na assembleia. -----

Em relação à variante de Bucelas, afirmou que não estão dependentes do Governo para o financiamento da obra, pois a decisão já foi tomada de que o município irá arcar com os custos. Comparou aquela situação à saída da A1, reforçando que todo o investimento será suportado pelo município. De momento, estão na fase de envio dos pedidos de parecer obrigatórios à APA e à CCDR, com a intenção de avançar rapidamente com o concurso público, com um investimento estimado em seis milhões de euros. -----

Agradeceu ao deputado municipal Jorge Antunes pela sua leitura e questões, mencionando a capacidade de endividamento do município, que considera confortável. Contudo, reconheceu que a saúde financeira do município poderia ser melhor, mas justificou essa situação com o facto de que as obras e investimentos realizados foram essenciais e preferíveis a ter um município com muito dinheiro, como é o caso de Sintra, e ter escolas e equipamentos públicos degradados, apesar de haver dinheiro em caixa, algo que considera incompreensível. -----

Afirmou que durante o mandato anterior, o ritmo de investimentos realizados não poderia ter sido alcançado sem uma gestão financeira controlada, embora reconheça que a situação financeira poderia ser melhor. Muitos investimentos, especialmente em escolas, não são totalmente cobertos pelo PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). O município precisa arcar com uma parte significativa dos custos, que variam entre um milhão e meio a dois milhões de euros por escola. O ritmo de execução desejado do PRR estava atrelado à capacidade do município de financiar essas despesas. -----

Também abordou a preocupação com as obras relacionadas ao PRR, afirmando que, até ao momento, não há nenhuma que represente um risco iminente no município. No entanto, alertou para os desafios no mercado, como concursos que ficaram desertos, levando à necessidade de lançar novos concursos. Citou o exemplo da escola José Afonso, cujo projeto ficou em espera por precaução, já que havia dúvidas sobre o cumprimento dos prazos do PRR. Informou que essa escola será financiada através do Banco Europeu de Investimento. -----

Por fim, sublinhou a importância dos investimentos para a qualidade de vida da população e mencionou que, apesar das dificuldades, há dados importantes a serem alcançados, como o serviço da dívida, que era de 9,4% em 2025. Para o ano em questão, o orçamento para o serviço da dívida está fixado em 7,4% e isso é resultado de uma

política de amortização de empréstimos sempre que possível, além do fim de alguns empréstimos antigos. Destacou que a capacidade de endividamento do município, que é volátil, está em 66 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, o que proporciona alguma segurança para emergências. -----

Em relação às despesas correntes, informou que a iluminação pública é uma das principais rubricas, com custos que variam entre 3 a 4 milhões de euros. O município tem investido na modernização da iluminação pública, com a instalação de lâmpadas LED, já atingindo 50% da totalidade. Essa mudança não só melhora a qualidade da iluminação, como também gera uma poupança a longo prazo, uma vez que as lâmpadas antigas eram propensas a fundir-se frequentemente. -----

Dirigindo-se à deputada municipal do Bloco de Esquerda, reconheceu que na sua intervenção anterior pode ter faltado em termos de "fofismo e doçura", pedindo desculpa por isso, o que sugeria uma tentativa de manter um tom conciliatório, mesmo ao abordar questões mais sérias.-----

- De seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o Orçamento Municipal para o ano de 2026. -----

APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 20 VOTOS A FAVOR DO PS, 6 ABSTENÇÕES DO PPD/PSD E 14 VOTOS CONTRA DOS RESTANTES REPRESENTANTES (8 CH, 4 CDU, BE E IL) - 40 PRESENCAS -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, disse presumir que as últimas intervenções, deviam ser para converter em declarações de voto. Foi transmitido que seriam entregues por escrito declarações de voto da parte do Partido Social-Democrata (Doc. 4), deputado municipal Tiago Silva (IL), que até ao momento de elaboração da presente ata não a entregou, Bloco de Esquerda e CDU (Doc. 5). -----

- Inês Falcão da Costa Morgado (PS), transmitiu que o Partido Socialista era para apresentar oralmente uma curta declaração de voto, mas tendo em consideração que todas as bancadas o prescindiram de fazer, o Partido Socialista iria abdicar e entregaria por escrito a sua declaração de voto. (Doc. 6)-----

-----PONTO DOIS-----

Proposta n.º 3/2026 - Mapa de Pessoal para o ano de 2026, da Câmara Municipal de Loures. (Aprovação ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação). Proposta da Câmara Municipal. ----

- Não se verificaram intervenções sobre o assunto, passando-se de imediato à sua votação. -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 21 VOTOS A FAVOR DO PS, 13 ABSTENÇÕES (6 PPD/PSD, 6 CDU E BE) E 9 VOTOS CONTRA DOS RESTANTES REPRESENTANTES (8 CH E IL) - 43 PRESENCAS. -----

--- Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, deu por terminada a reunião, passando a palavra ao Primeiro Secretário, para leitura da minuta da ata.-----

--- O Primeiro Secretário, Aquilino José Marques Ventura, leu a minuta da ata, a qual foi aprovada por votação nominal e por unanimidade (43 presenças), ficando a mesma arquivada na pasta dos documentos da presente reunião. -----

--- Nesta reunião estiveram presentes por parte do Executivo Municipal, o Presidente, Ricardo Jorge Colaço Leão, a Vice-Presidente, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes e os Vereadores, Bruno Miguel de Oliveira Nunes, Nelson César Gonçalves Batista, Nuno Ricardo Conceição Dias, Gonçalo Filipe Vintém Caroço, Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães, Patrícia Isabel Morgado de Almeida, André Filipe Reis Antunes e António Manuel Lopes Marcelino. -----

--- Eram vinte e três horas e três minutos, quando a Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a reunião. -----

--- A ata foi aprovada por votação nominal e por unanimidade, com 35 presenças, sendo que 11 representantes não estiveram presentes na reunião a que respeita a presente ata e não participaram na votação. A ata foi aprovada na reunião de trinta de abril de dois mil e vinte e seis, com dispensa de leitura, dado ter sido previamente distribuída por todos os deputados municipais da assembleia municipal. -----

A ata é assinada pelo 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Aquilino José Marques Ventura, -----

e pela Presidente da Assembleia Municipal, Susana de Fátima Carvalho Amador,



Aprovada por Ticionia

17 F - PS

9 A - CH + IL

13 C - PSD + CDU + BE

3ª Sessão Extraordinária

22-01-2026

①

Moção

POR UMA REGULAÇÃO LOCAL EFICAZ EM ZONAS SENSÍVEIS
MAIS PODER LOCAL, MAIS ORDEM, MAIS DIGNIDADE URBANA

Nos últimos anos, sobretudo em áreas metropolitanas e zonas de maior pressão económica, turística e habitacional, tornou-se evidente que a lógica de início imediato de atividade assente na mera comunicação prévia, adequada num contexto de menor pressão e com objetivos legítimos de simplificação administrativa, passou a ser insuficiente em territórios onde o impacto acumulado das atividades económicas se tornou determinante.

O que está em causa não é uma recusa da simplificação administrativa.

O que está em causa é uma realidade concreta, os territórios mudaram.

Mudaram as dinâmicas urbanas, mudaram os fluxos económicos, mudaram os padrões de consumo e mobilidade, e aumentou drasticamente a pressão sobre zonas específicas. E quando o contexto muda, a lei tem de acompanhar, porque governar bem é antecipar, não remediar tarde.

Foi nesse sentido que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República, apresentou um projeto de lei que procedia à alteração do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração, criando um procedimento especial de autorização em zonas sensíveis, a definir pelas autarquias através de regulamento municipal, com critérios objetivos e dever reforçado de fundamentação.

O que este projeto representa, na prática, é um instrumento operacional com efeitos imediatos:

1. Devolve capacidade real de gestão preventiva às autarquias.

Em zonas sensíveis previamente delimitadas, determinadas atividades deixariam de poder iniciar-se automaticamente por comunicação prévia, passando a exigir autorização municipal, permitindo avaliar impacto e compatibilidade com o território.

2. Introduz ordem e equilíbrio onde hoje há concentração excessiva e degradação.

Permitiria agir perante a proliferação de atividades repetidas da mesma natureza, uma ao lado da outra, criando ruas inteiras sem diversidade, sem valor acrescentado e com perda evidente de atratividade e vitalidade económica local.

3. Combate fenómenos que degradam o tecido urbano e o interesse público local.

Nomeadamente, lojas de fachada e simulações de atividade económica, estabelecimentos que funcionam como plataformas informais de exploração, evasão e irregularidade, espaços que são, simultaneamente, comércio "formal" e uso habitacional ilegal, com condições indignas e sem controlo, sobreocupação e utilização do espaço sem licenciamento adequado, sem fiscalização eficaz e sem garantias mínimas de segurança.



4. Protege a qualidade de vida urbana e a saúde pública.

Porque estes fenómenos têm consequências que a população sente diariamente, desde logo o aumento de insalubridade, lixo e pragas urbanas, ausência de condições sanitárias em espaços sobreutilizados, risco acrescido de incêndio e acidentes, pressão sobre o espaço público, mobilidade, estacionamento e segurança, agravamento de tensões sociais, precisamente porque o Estado falha na regulação atempada.

5. Responde à descaracterização de ruas e artérias comerciais.

O que está a acontecer em muitas zonas do país é simples: ruas com identidade comercial, diversidade e valor local estão a transformar-se em monoculturas económicas.

Quando uma rua se enche de atividades repetidas e de baixo valor, perde atratividade, perde qualidade, perde comércio de proximidade, perde residentes, perde vida.

E depois o território entra em espiral, fecha o comércio tradicional, cresce o vazio urbano, cresce a insegurança, cresce o ressentimento.

6. Fazia tudo isto com regras claras e garantias. Não era arbitrariedade. Era: delimitação fundamentada de "zonas sensíveis", critérios objetivos de avaliação, transparência e segurança jurídica, respeito pela proporcionalidade e igualdade, compatibilização com instrumentos de gestão territorial.

Porquê agora?

Porque hoje já não estamos a falar de hipóteses. Estamos a falar de uma realidade instalada.

Durante demasiado tempo, tratámos territórios profundamente diferentes como se fossem iguais. E hoje há zonas onde a simples comunicação prévia deixa as autarquias sem instrumentos para agir antes do dano ser irreversível.

Quando o poder local só consegue intervir depois do problema se consolidar, já não governa, reage. E uma autarquia que apenas reage perde capacidade de proteger a sua população.

Este projeto era, por isso, uma correção inteligente e equilibrada, mantinha a simplificação como regra, mas reconhecia a necessidade de exceções em zonas de pressão onde a proteção do interesse público exige prevenção.

A não aprovação, uma escolha política com consequências, com a rejeição deste instrumento em sede parlamentar não é um detalhe técnico. É uma escolha política.

E essa escolha tem implicações diretas na vida das populações e na capacidade das autarquias de responderem a problemas concretos.

Ao não permitir este reforço de instrumentos, mantém-se um cenário em que a concentração e repetição de atividades se agrava, o comércio tradicional e de proximidade continua a perder espaço, cresce a utilização ilegal e a precariedade escondida atrás de "fachadas", a autarquia é chamada a responder sem ter as ferramentas necessárias e a população vê o território degradar-se, enquanto o Estado discute "modelos" em vez de resolver problemas.



Assim, a Assembleia Municipal de Loures delibera:

1. Repudiar a não aprovação do projeto de lei que permitiria às autarquias criar um procedimento especial de autorização em zonas sensíveis, por se tratar de uma medida equilibrada, necessária e orientada para o interesse público local;
2. Reafirmar que as autarquias precisam de instrumentos preventivos para garantir ordenamento urbano, qualidade de vida, diversidade económica, proteção do comércio de proximidade e combate a fenómenos de fachada, ilegalidade e sobreocupação;
3. Apelar aos Grupos Parlamentares para que reconsiderem a sua posição e viabilizem, com urgência, uma solução legislativa que devolva ao poder local capacidade real de intervenção preventiva;
4. Instar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a reapresentar esta iniciativa legislativa, por ser uma resposta concreta e necessária aos problemas reais dos territórios;
5. Remeter a presente moção ao Presidente da Assembleia da República, ao Governo e a todos os Grupos Parlamentares.

Porque regular não é bloquear. Regular é equilibrar. Regular é proteger a dignidade do território e a vida concreta das pessoas.

Loures, 22 de janeiro de 2026

Os Eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures



PS

Aprovado por
unanimidade
(13 presenças)

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

3ª Sessão
Extraordinária
22-01-2026

Voto de Saudação

②

Investir na Educação é Investir no Futuro: Escola n.º 5 de Camarate

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures, na 3ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loures, realizada a 22 de janeiro, saúdam a inauguração da nova Escola n.º 5 de Camarate, um investimento relevante na área da Educação que reforça a capacidade de resposta da rede escolar do concelho, em particular na freguesia de Camarate.

Este novo equipamento escolar, concebido com critérios de funcionalidade, inclusão e qualidade, responde a necessidades há muito identificadas pela comunidade educativa. A criação de duas salas de Jardim de Infância, inexistentes até agora, constitui um avanço significativo no alargamento da oferta educativa em idade pré-escolar, com impacto direto na vida das famílias.

A escola dispõe ainda de um refeitório próprio, garantindo melhores condições de alimentação escolar, e de uma biblioteca aberta à comunidade, afirmando-se como um espaço de aprendizagem e partilha que reforça a ligação entre a escola e o território.

Os eleitos do Partido Socialista reconhecem o trabalho desenvolvido pelo Executivo Municipal no domínio da Educação, designadamente na qualificação dos equipamentos escolares e na promoção de políticas públicas orientadas para a igualdade de oportunidades e a coesão territorial.

É igualmente de sublinhar o envolvimento do Agrupamento de Escolas de Camarate, da Junta de Freguesia de Camarate, Unhos e Apelação, do Conselho Geral, das Associações de Pais e de toda a comunidade educativa, cuja participação ativa é determinante para o sucesso deste projeto coletivo.

A inauguração da Escola n.º 5 de Camarate representa, assim, um investimento no presente e no futuro do concelho de Loures, reafirmando a Educação como um pilar essencial do desenvolvimento local e social.

A ser aprovada a presente saudação, deverá ser enviada:

- Presidente da Câmara Municipal de Loures
- Ministério da Educação
- Junta de Freguesia de Camarate, Unhos e Apelação
- Agrupamento de Escolas de Camarate
- Conselho Geral
- Associações de Pais e encarregados de educação do agrupamento de escolas. D. Nuno Álvares Pereira
- Conselho Municipal de Educação, com pedido de divulgação
- Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Desporto

Loures, 22 de janeiro de 2026

Os Eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures



6 ③

Declaração de voto

Os eleitos do PSD nesta Assembleia, votaram contra esta moção, porque:

- Fazemo-lo não por discordar do diagnóstico genérico que o documento apresenta — muitos dos problemas identificados são reais e merecem atenção — mas por entendermos que esta moção ultrapassa o âmbito próprio da Assembleia Municipal e procura **condicionar o debate político-legislativo nacional**, matéria que compete à Assembleia da República e aos respetivos Grupos Parlamentares.

- O PSD defende a valorização do poder local e reconhece a necessidade de instrumentos eficazes para proteger o ordenamento urbano e a qualidade de vida. Contudo, considera que estas matérias exigem **ponderação equilibrada entre regulação, liberdade económica, segurança jurídica e proporcionalidade**, debate que deve ocorrer no plano legislativo nacional, com a serenidade e profundidade adequadas.

- Entendemos ainda que a Assembleia Municipal deve centrar-se, prioritariamente, na avaliação e no aperfeiçoamento das políticas e instrumentos ao seu alcance, evitando deliberações que assumam uma natureza essencialmente **político-partidária**, dirigida a instâncias externas e a decisões que não são da sua competência direta.

O voto contra do PSD não é, portanto, um voto contra a reflexão sobre estes temas, mas sim um voto em defesa da **autonomia institucional**, da **responsabilidade política** e do respeito pelos diferentes níveis de decisão democrática.

É com este sentido de responsabilidade que os eleitos do PSD votaram contra esta moção.

Muito obrigado.



Declaração de voto

Os eleitos do PSD **abstiveram-se** na votação do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para 2026-2030.

Esta posição assenta no entendimento de que o documento hoje em apreciação representa, em larga medida, a **continuação de um percurso iniciado no mandato anterior**, período em que foi possível assegurar estabilidade financeira, previsibilidade orçamental e um quadro de investimento estruturado para o concelho de Loures.

Valorizamos o esforço de consolidação apresentado, bem como a opção por manter níveis de investimento relevantes em áreas essenciais como a educação, os equipamentos municipais, a mobilidade e o espaço público. São opções que revelam preocupação com a qualidade de vida dos munícipes e com o desenvolvimento do território.

Contudo, os eleitos do PSD nesta Assembleia consideram que o documento poderia beneficiar de maior **clareza estratégica**, nomeadamente no que respeita à definição de prioridades de execução anual, à avaliação do impacto dos investimentos na despesa corrente.

Estas reservas não diminuem o mérito global do documento, nem colocam em causa a sua coerência financeira. Justificam, isso sim, uma posição de **equilíbrio político**, que não é de bloqueio, mas também não é de validação plena.

O PSD reafirma a sua disponibilidade para um escrutínio construtivo ao longo da execução do orçamento, sempre com sentido de responsabilidade e em defesa do interesse público.

É esta a razão da nossa abstenção.

Muito obrigado.

Declaração de voto GOP's 2026-2030

O Orçamento 2026 e as GOP's presentes a esta Assembleia revelam-nos um dos maiores orçamentos com uma previsão de receita de 322 milhões de € decorrentes de financiamento do PRR, que termina a sua aplicação este ano, e outros fundos comunitários e programas de financiamento do Governo para diversas áreas em particular na área social para além dos empréstimos bancários no valor de 31,5 milhões de €.

Este é, previsivelmente o último ano de um período excecional que o Município de Loures deveria ter aproveitado para investir numa resposta robusta de habitação pública, no aumento das respostas sociais em particular na área dos idosos e no aumento de vagas de Jardim de Infância e de 1º ciclo na Escola Pública.

Assim não foi, nem é e por isso o nosso voto contra.

Fechado este ciclo as GOP's propostas continuam a adiar importantes investimentos no concelho em áreas que não são prioritárias para a atual gestão do Partido Socialista para além de investimentos que continuam no orçamento, mas sem verba definida ou seja que não têm financiamento associado para a sua concretização.

Tal opção é recorrente. No orçamento de 2025 40 milhões do PPI inicial não foram concretizados, e a verba do PRR ficou a cerca de 50 milhões da previsão inicial o que dá uma taxa de execução de pouco mais de 30%. Este orçamento para 2026 prossegue neste caminho com uma tendência para o agravar pois o montante não definido aumenta para 68,6 milhões de €.

De igual modo a opção do PS de ser o executor das obras que os Governos não assumem sai cara ao Município. Só na transferência de competências concretizadas em 2022 existe já um deficit de 10 milhões de € a que se acrescentam outro tanto de obras da responsabilidade da administração central que os Governos não financiam.

Só podemos votar contra uma política municipal que tudo acelta e contempla em absoluto silêncio, a degradação da resposta na Saúde com a falta de profissionais, as escolas que não têm os professores e auxiliares necessários ou os serviços públicos que encerram obrigando o Município a fazer investimentos para que se mantenham abertos.

É neste cenário político que falta financiamento para as competências próprias da Câmara em áreas que para a CDU são prioritárias como a área social, Escolas do 1º ciclo e Jardins de Infância, Cultura, Limpeza Urbana, investimentos estruturantes e condições de trabalho para todos os trabalhadores do Município e que existem disparidades enormes entre as diversas freguesias do Concelho sendo Lousa a parente mais pobre do atual executivo com apenas 25.000€ no PPI entre 2026 e 2030 (5 anos). É caso para se dizer que Lousa deixou de estar no mapa do atual executivo.

Continuam adiadas as escolas do 1º ciclo e Jardins de Infância em Santo António dos Cavaleiros, Portela, São João da Talha ou na Bobadela. A requalificação da escola Básica da Apelação apresentada com pompa e circunstância para campanha eleitoral fica adiada não se iniciando em 2026 continuando a não existir qualquer verba para a remodelação da escola de Fetais.

O Centro Cultural caiu completamente assim como o Palácio de Valflores e o Edifício 4 de outubro que continuarão entaipados.

Na área Social o Município continua nos mínimos. Para além de não ter qualquer capacidade de influenciar o Governo para que sejam desbloqueadas as verbas necessárias para a prossecução de importantes investimentos na resposta para os Idosos e crianças o município continua a ficar muito aquém daquilo que as Instituições precisam para dar estas respostas que são uma obrigação do Estado sendo esta mais uma razão para que estas entidades não sejam abandonadas à sua sorte.

A limpeza Urbana e o espaço público é um dos problemas mais sentido pela população. Era necessário por isso desenvolver uma nova política nesta área em conjunto com as Juntas de Freguesia, SIMAR que inovasse nas soluções e que invertesse um caminho que de ano para ano se percebe que não responde às necessidades do território e das pessoas.

Continuam adiados investimentos importantes como os novos Pavilhões Desportivos em Fanhões e nas instalações da AMSAC, o Parque Urbano na Cidade Nova continua sem qualquer concretização, a construção do troço 17 da Via de Cintura entre Santo Antão do Tojal e A-das-Lebres não tem um cêntimo neste orçamento, é mais uma vez adiada a requalificação da EN-8 entre Loures e o Barro, as obras urgentes no Bairro CAR de Camarate continuam adiadas assim como o novo CRO e o novo Bairro Municipal no Zambujal continuam ainda com verbas a definir em 2026.

É também com preocupação que não se vislumbram verbas para projetar e efetivar os novos estacionamento absolutamente fundamentais com a chegada da linha Violeta do Metropolitano. Destaque-se aqui o Infantado, Santo António dos Cavaleiros e a cidade de Loures locais onde a falta deste investimento pode ter maiores impactes negativos.

Uma última palavra para os trabalhadores do Município que viram muitos deles negada a possibilidade de valorizar as suas carreiras através da opção gestionária apenas por falta de verba para essas progressões. Situação que se manterá durante o ano de 2026 decorrente da avaliação de 2025 já que a verba existente será no essencial para dar resposta a progressões ainda pendentes do biénio 2023-2024. São conhecidos de todas as situações em que os trabalhadores não têm já condições mínimas nos locais de trabalho sobrelotados, secretárias partilhadas entre outras dificuldades. É por isso urgente investir nos locais de trabalho e na criação das condições dignas para todos os trabalhadores do Município.

Com responsabilidade só podemos votar contra

Loures, 22.janeiro.2026



6

Declaração de Voto

Proposta 2/2026, "Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para 2026-2030"

O Grupo parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente o Orçamento para 2026, porque este consagra os grandes compromissos eleitorais assumidos pelos socialistas com o povo do concelho de Loures.

A consagração de uma escola pública de qualidade, o compromisso da promoção de uma política de juventude progressiva nomeadamente na área habitacional, a promoção da qualidade de vida da população, a prioridade à saúde e enfim, múltiplos fatores em que o município se apresenta como parte da solução e não como um problema.

Este Orçamento reflete uma redução na arrecadação da receita de cerca de 10 milhões de euros, valor esse que fica na economia do concelho, em suma, no bolso das famílias.

Ainda é assim, é um orçamento ambicioso, responsável socialmente, nomeadamente nas áreas da habitação, da educação, na escola pública, na saúde e no apoio às cooperações de bombeiros, às associações desportivas e culturais, enfim um orçamento que reforça aos pilares fundamentais da sociedade civil do concelho de Loures.

Os socialistas na Assembleia Municipal de Loures votaram favoravelmente um orçamento que aposta numa gestão rigorosa dos recursos públicos, numa política financeira prudente e na manutenção de níveis de endividamento controlados.

Um Orçamento que escolhe agir, que não adia soluções e que afirma uma visão política assente na justiça social, no investimento público e no desenvolvimento equilibrado do nosso concelho.

E por isso sim, estamos a fazer.

Loures, 22 de janeiro de 2026

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures